

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Marilei Teresinha Schreiner

O ABUSO SEXUAL NUMA
PERSPECTIVA DE GÊNERO:

o processo de responsabilização
da menina

Florianópolis, 2008

Dissertação de Mestrado

**“O ABUSO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO:
o processo de responsabilização da menina”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela aluna Marilei Teresinha Schreiner.

Profª Drª Teresa Kleba Lisboa
Orientadora

FLORIANÓPOLIS
2008

**“ABUSO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO:
o processo de responsabilização da menina”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof.^a Dr.^a Myriam Raquel Mitjavila
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/
Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Teresa Kleba Lisboa/Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFSC
Presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a Marlene de Fáveri
Programa de Pós-Graduação em História/UDESC
Primeira Examinadora

Prof.^a Dr.^a Catarina Maria Schmickler
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFSC
Segunda examinadora

Florianópolis, abril de 2008.

Agradecimentos

Ao meu pai Elói, a quem tive a alegria de conhecer e amar, que me ensinou muitos dos meus princípios mais caros, e que estão presentes em todos os momentos decisivos de minha vida. Só lamento que estejamos privados de sua presença tão cedo. Saudades!

À minha mãe Lucila, que me protegeu com seu amor em todos os momentos, que não deixou que eu me sentisse só, simplesmente por estar onde eu pudesse encontrá-la. Por respeitar minhas decisões e acreditar nas minhas possibilidades, o que muito contribuiu para minha autonomia.

Ao meu filho Gustavo com quem entendi de forma mais plena o sentido de “amar para sempre”. Sou feliz pelo simples fato de que a vida nos permitiu trilhar alguns caminhos juntos, e de nestas trilhas partilhar aprendizagens, gostos e idéias.

À minha companheira Gizéli que me inspira, instiga, provoca a buscar respostas, ou novas perguntas. Obrigada também pela escuta, pela reflexão, pela proteção e companhia nas noites mal dormidas. Obrigada também à Nathália (sua filha) pela compreensão nos momentos de estudo e introspecção.

Aos meus irmãos e amigos, pela atenção, pela troca de idéias, pela escuta, pela torcida e, principalmente, pelo carinho e amizade que me propiciaram alegria e descontração, indispensáveis para que permaneçamos conectados no mundo pulsante que existe além dos livros.

À minha colega e amiga Daniele Manfrini, pelo apoio dedicado, pelas orientações e conselhos, pelas palavras de atenção, pela escuta dos desabafos nos momentos de insegurança.

Ao NUSSERGE – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Gênero – da UFSC, grupo que me auxiliou de forma premente na discussão de conceitos provisoriamente elaborados e na aquisição de novos conhecimentos sobre a categoria gênero, muito importantes nas análises aqui desenvolvidas.

À Prof.^a Dr.^a Teresa, que me orientou neste percurso de forma exemplar, na elaboração deste trabalho. Mediou de forma marcante o meu diálogo investigativo com os demais atores envolvidos na pesquisa, principalmente os autores que fundamentam a pesquisa e os profissionais entrevistados. Obrigada pela compreensão, paciência e estímulo constante. Suas orientações me deram segurança para prosseguir na defesa das minhas idéias e convicções e na busca de seus fundamentos.

À Prof.^a Dr.^a Catarina, que com suas intervenções pontuais, decisivas e desafiadoras impulsionou a busca por novos conhecimentos e marcou a pesquisa com o rigor científico necessário.

À Prof.^a Dr.^a Marlene de Fáveri, estudiosa das relações de gênero, que aceitou compor a banca de qualificação e defesa da pesquisa, e que contribuiu significativamente para a qualidade dos resultados aqui apresentados.

À Prof.^a Dr.^a Myriam, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFSC, que cumpriu com êxito a tarefa de dar condições institucionais para que a pesquisa fosse concluída.

À Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente por ter autorizado a realização das entrevistas com os profissionais dos programas de proteção envolvidos na pesquisa.

Aos profissionais dos Programas Abrigo Nossa Casa e SENTINELA que se dispuseram a expor e partilhar suas experiências, suas idéias e seus conhecimentos, meu agradecimento especial. Muito abrigada pelo tempo disponibilizado, pela confiança em mim depositada, pela visibilidade dada à voz das meninas!

Às meninas, crianças e adolescentes do Abrigo Nossa Casa, que conheci e com quem convivi no período de 2003 a 2005. Dedico este trabalho a vocês que provocaram em mim a necessidade de compreender seus conflitos, e que me mostraram o tamanho da injustiça com a qual, por muito tempo, e ainda hoje, convivemos. Afinal, foi esta convivência que me impulsionou a realizar esta pesquisa.

SONHO IMPOSSÍVEL (The impossible dream)

J. Darion - M. Leigh - Versão Chico Buarque e Ruy Guerra/1972

Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer
O inimigo invencível
Negar
Quando a regra é vender
Sofrer
A tortura implacável
Romper
A incabível prisão
Voar
Num limite improvável
Tocar
O inacessível chão
É minha lei,
é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã,
se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

Resumo

Este trabalho tem o abuso sexual numa perspectiva de gênero, como objeto de pesquisa. O objetivo foi o de analisar as relações de poder/gênero subjacentes ao processo de atribuição da responsabilidade às meninas, no fenômeno do abuso sexual. Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa foi do tipo exploratória com abordagem de análise qualitativa. Os principais instrumentos da pesquisa foram: a) um criterioso levantamento bibliográfico, para o conhecimento da literatura especializada no que se refere ao fenômeno do abuso sexual que contemple a perspectiva de gênero; b) entrevistas não estruturadas com educadores e técnicos de dois programas de proteção à crianças e adolescentes cujos direitos encontram-se violados ou gravemente ameaçados, de Blumenau – SC, para a coleta de dados e informações. O universo da pesquisa constituiu-se de 27 profissionais que atuaram nestes programas em 2007. A amostra configurou-se de 15 educadores e técnicos que trabalham com vítimas de abuso sexual incestuoso, a pelo menos um ano. A metodologia empregada para a interpretação analítica das entrevistas foi a análise de conteúdo com recorte interpretativo em detrimento de análises estatísticas. Os resultados da pesquisa revelam, de forma bastante evidente, que nas relações de gênero na dinâmica da família abusiva, reproduzem-se relações de dominação e subordinação com uma freqüente naturalização da subordinação das mulheres. O abuso sexual, assim como outros tipos de violência sexual, é um ato de abuso de poder e não simplesmente um ato sexual. Mais do que a satisfação do desejo sexual, o abuso é um ato de violência e desejo de dominação. As relações de gênero desenvolvidas nas famílias abusivas contribuem para a (re)vitimização de meninas que sofrem abuso sexual, através de sua responsabilização, ou seja, o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente não é capaz de proteger as meninas vítimas de abuso sexual, da imputação de responsabilidade pelo abuso sofrido. A pesquisa revela ainda a freqüente responsabilização das mães/madrastas pela violência sexual praticada, independente do seu grau de envolvimento, ensejando a culpabilização da figura feminina. É preciso reconhecer nas mulheres e meninas vítimas de quaisquer formas de violência e, dentre elas, as mães das vítimas de abuso sexual incestuoso, o desempenho de um papel que lhes é imputado pelo contexto das condições concretas de existência de que dispõem e da rede de apoio com a qual podem contar. Por fim, concluímos que ao reconhecer a responsabilização da menina pelo abuso sexual sofrido como uma violência de gênero, decorrente da naturalização da subordinação da mulher na dinâmica familiar, se poderá fundamentar a elaboração de intervenções que ensejem o seu enfrentamento de forma articulada e exitosa.

Palavras chave: abuso sexual, responsabilização da menina, violência de gênero.

Abstract

This work has the sexual abuse in a gender perspective, as research object. The objective was to analyze the underlying relations of power/gender to the process of attribution the responsibility to the girls, in the phenomenon of the sexual abuse. As for to the methodological procedures the research was the exploratory type with approach of qualitative analysis. The main instruments of the research were: a) a discerning bibliographical survey, for the knowledge of the literature specialized as for the phenomenon of the sexual abuse that contemplates the gender perspective; b) interviews not structuralized with educators and technician of two programs of protection to the children and adolescents whose rights meet violated or seriously threatened, in Blumenau - SC, for the collection of data and information. The universe of the research consisted of 27 professionals who actuated in these programs in 2007. The sample configured of 15 educators and technician who work with victims of incestuous sexual abuse, at least one year. The methodology used for the analytical interpretation of interviews was the analysis of content with interpretative clipping in detriment of statistical analyses. The results of the research disclose, of sufficiently evident form, that in the relations of gender in the dynamics of abusive family, multiplies relations of domination and subordination with a frequent naturalization the subordination of the women. The sexual abuse, as well as other types of sexual violence, is an act of abuse power and a sexual act not simply. More than the satisfaction of the sexual desire, the abuse is an act of violence and desire of domination. The developed relations of gender in the families where sexual abuse occurs, contribute for the reverse speed to victimizer of girls who suffer sexual abuse, through its made responsible, in other words, the system of guarantee of the rights of the child and the adolescent is not capable to protect the girls victims of sexual abuse of the imputation of responsibility by suffered abuse. The research still discloses to the frequent made responsible of the mothers/stepmothers by sexual violence practiced, independent of its degree of evolvment, trying the culpabilização of the feminine figure. It is necessary to recognize in the women and girls victims of any forms of violence and, amongst them, the mothers of the victims of incestuous sexual abuse, the performance of a paper that is imputed to them by the context of the concrete conditions of existence that they make use and the net of support on which they can count. Finally, we conclude that when recognizing the made responsible of the girl for the sexual abuse suffered as a violence of gender, decurrently of the naturalization of the subordination of the woman in the familiar dynamics, if it will be able to base the elaboration of interventions that try its confrontation of articulated and succeed form.

Key Words: sexual abuse, made responsible of the girl, violence of gender.

Lista de Anexos

Anexo I - Solicitação de Autorização para a realização da pesquisa à SEMASCRI

Anexo II – Autorização para a realização das entrevistas

Anexo III – Termo de consentimento livre e esclarecido

Anexo IV – Roteiro para Entrevista

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
 1. CAPÍTULO I – REFERÊNCIAS TEÓRICAS QUE FUNDAMENTAM O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	17
1.1. MOVIMENTO FEMINISTA–UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO...17	
1.2. A VIOLÊNCIA COMO UMA QUESTÃO DE GÊNERO: RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO.....24	
1.3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO – DEFINIÇÕES EM DEBATE.....27	
1.4. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....33	
 2. CAPÍTULO II – O ABUSO SEXUAL CONTRA MENINAS.....	38
2.1. O ABUSO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....38	
2.2. A RESPONSABILIZAÇÃO DA MENINA – MAIS VIOLÊNCIA.....43	
 3. CAPÍTULO III – CONSTRUINDO ESPAÇOS DE VISIBILIDADE.....	50
3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....50	
3.2. NA VOZ DE PORTA-VOZES.....58	
3.2.1. Perfil dos porta-vozes.....58	
3.2.2. Relações de gênero na dinâmica da família abusiva.....66	
3.2.3. A violência de gênero caracterizada no abuso.....76	
3.2.4. Responsabilização da menina: a violência gerando mais violência.....84	
3.2.5. Desafios.....91	
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
6. ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

O abuso sexual incestuoso, ou seja, que ocorre no âmbito familiar é uma das violências mais difíceis de serem abordadas e enfrentadas, pois ocorre num ambiente do qual se espera proteção aos membros, especialmente às crianças. No nosso imaginário, pais e mães são naturalmente protetores, contudo há pesquisas que evidenciam que crianças e adolescentes são abusadas sexualmente em suas famílias, diuturnamente.

Estudos existentes nos indicam que, no Brasil, o abuso sexual praticado por adultos contra crianças e adolescentes é um fenômeno social¹ grave (AZEVEDO & GUERRA, 1988; SAFFIOTI, 1997; TELES, 2002; SCHMICKLER, 2006). Todas as pesquisas apontam como principal alvo do abuso sexual crianças do sexo feminino e como principal abusador o pai ou padrasto.

Dentre os parentes envolvidos em abuso sexual intrafamiliar, o grande vilão é o pai, conforme aponta pesquisa realizada por Saffioti (1997) no Município de São Paulo sobre abuso incestuoso: 71,5% dos agressores eram pais biológicos e 11,1%, padrastos. Portanto, pai e padrasto foram responsáveis por 82,6% do total de abusos sexuais. (ARAUJO, 2002, p. 5).

De acordo com Saffioti (1997 e 2004), isso não quer dizer que os meninos não sofram violência, mas a ocorrência de denúncias de abuso sexual contra meninos é significativamente menor, o que pode significar, aparentemente, que eles a sofram em menor escala.

Neste trabalho, pretende-se abordar um problema especialmente complexo, por estar inserido de forma sutil e mascarada no imaginário de homens e mulheres: o processo de atribuição da responsabilidade à menina², no fenômeno do abuso sexual incestuoso contra a criança/adolescente do sexo

¹ O fenômeno social é compreendido neste trabalho, na perspectiva de Silva & Pinto (2001), ou seja, são os fatos decorrentes dos diferentes tipos de relacionamento que os homens desenvolvem entre si, entre o mundo que os circunda e entre os artefatos que produzem.

² Neste texto utilizaremos a expressão “menina” para nos referirmos às vítimas, por serem crianças e adolescentes do sexo feminino a grande maioria das vítimas e por serem estas os sujeitos deste estudo.

feminino, manifesto no interior de instituições de proteção à criança e ao adolescente, criadas nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069/90).

Por meio deste, são discutidas e problematizadas as relações de poder que permeiam o abuso sexual contra meninas, numa perspectiva de gênero, e o olhar da pesquisadora incide especialmente para o processo de responsabilização da vítima.

A convivência de familiares com o agressor, inclusive as mães³, que teriam a função de proteger suas filhas, também é compreendida como uma violência de gênero (NARVAZ, 2007), na medida em que esta falta de proteção perpetua a dominação masculina e confirma o status de portador do poder de decisão do homem, sobre todas as mulheres da família.

Importante destacar que a prática da violência de gênero é transmitida de geração a geração, tanto por homens quanto por mulheres. Basicamente, tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado em contato de maneira direta. E ela torna-se de tal forma arraigada no âmbito das relações humanas que é vista como se fosse natural, como se fizesse parte da natureza humana. (TELES, 2002, p. 24)

A violência de gênero é de tal forma naturalizada em nossa sociedade que são muito recentes (a partir da década de 1980) os estudos que se propõem a desvendar-lhe as causas, apontar os efeitos e as possibilidades, mediante a disponibilidade real de enfrentamento e erradicação do fenômeno, como condição básica para a transformação de qualquer sociedade em um lugar melhor para se viver. O seu enfrentamento representa um tabu, ameaça à estrutura patriarcal sob a qual ainda vivemos.

O abuso sexual, uma das “modalidades” de violência de gênero, é carregado de tabus ainda maiores e mais difíceis de transpor. Sendo infringido predominantemente às meninas, o abuso sexual é uma das formas mais cruéis

³ Não está sendo descartada a função protetiva dos progenitores do sexo masculino. A referência exclusiva às mães é feita neste contexto, porque diante do abuso sexual incestuoso, a proteção paterna evidentemente falhou, visto que o abuso é praticado predominantemente pelos pais ou padrastos, que estão no exercício da paternagem.

de demonstração de domínio, atribuindo à menina/mulher a condição de “coisa” sobre a qual o homem dispõe como bem entender. E esta “norma” é transmitida, de geração a geração, às meninas e meninos desde a mais tenra idade, utilizando-se para tal de todo tipo de linguagem: oral, textual, corpórea, imagética.

Tendo convivido, no exercício profissional, com meninas vítimas de abuso sexual num abrigo municipal de Blumenau que abriga crianças e adolescentes, no período de setembro de 2003 a abril de 2005, fora inquietante a constatação de que, na verdade, as vítimas eram penalizadas pelas famílias e pela sociedade. O termo “penalizadas” está, aqui, sendo utilizado no sentido de que lhes foram atribuídas “penas”, como se culpadas fossem pelo abuso sofrido, através do abrigamento, que na prática se traduz em (re)vitimização.

Nos casos de abuso sexual muitas destas crianças/adolescentes, além de terem tido seu corpo violado, estão impedidas de exercer seu direito à convivência familiar, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente assegure a possibilidade de afastamento do agressor⁴. Sofrem ainda, com a abordagem de parentes, amigos, educadores, assistentes sociais, psicólogos, agentes policiais, médicos legistas, como se estivesse sendo procurada no comportamento das vítimas, a causa da violência que sofreram.

Em que medida a naturalização da subordinação da mulher, em famílias onde ocorre o abuso sexual, contribui para a naturalização do abuso sexual contra meninas? Quais os mecanismos utilizados pela família para responsabilizar a vítima e aliviar a responsabilidade do agressor? No processo de responsabilização da menina, quais as refrações do abuso sofrido sobre o comportamento da mesma? E de que formas as instituições de proteção e desenvolvimento à infância contribuem para a diminuição ou perpetuação da atribuição de responsabilidade à menina? Estas são algumas das questões investigadas nesta pesquisa através das entrevistas, que serviram de base para dar indicativos para a questão central da pesquisa: *em que medida as*

⁴ Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. (Art.130, Lei nº. 8.069/90)

relações de gênero desenvolvidas nas famílias em situação de abuso sexual, contribuem para a responsabilização da menina pelo abuso sofrido?

O primeiro capítulo apresenta os referenciais teóricos que fundamentam as discussões e o enfrentamento da violência de gênero, em suas várias formas de manifestação.

Apresentamos um breve histórico do movimento feminista, como protagonista indispensável à denúncia e ao enfrentamento da violência de gênero. Ainda é relativamente recente a demanda da sociedade brasileira pelos direitos da criança e do adolescente, e esta demanda surge em conjunto e como consequência das reivindicações do movimento feminista.

A violência de gênero é analisada em suas diversas modalidades, demonstrando ser o abuso sexual uma modalidade contida num conjunto diversificado de instrumentos a serviço do patriarcado, utilizado para a perpetração da subordinação feminina.

O segundo capítulo aponta elementos que contribuem para o entendimento do abuso sexual como violência de gênero e as refrações desta violência no desempenho dos papéis de dominador/dominado culturalmente constituídos, que se projetam na perpetuação do fenômeno, especialmente contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Embora reconhecendo ser o abuso sexual uma violência decorrente de fatores diversos, neste trabalho se privilegia a análise do abuso sexual como violência de gênero, por ser utilizada preferencialmente por homens contra meninas, como aporte de confirmação e reafirmação da dominação masculina, dominação esta que se impõe por meio da apropriação do corpo do outro.

O terceiro capítulo apresenta, inicialmente, o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Faz um relato do processo que se empreendeu na aplicação dos referenciais e instrumentais para a pesquisa, bem como do tratamento dado aos resultados.

Na sequência apresentamos a análise e interpretação das entrevistas realizadas. Foram ouvidos profissionais de programas de proteção à criança e

ao adolescente, de Blumenau/SC, que trabalham diretamente com meninas abusadas sexualmente, e suas famílias. Reconhecendo nestes profissionais o conhecimento que a experiência proporciona, identificamos os saberes, as crenças, os sentimentos que desenvolveram acerca da problemática em tela, bem como as suas explicações ou razões a respeito dela, considerando que também foram ouvintes destas meninas e suas famílias, configurando-se em seus porta-vozes.

Nas considerações finais retomamos as categorias que permearam todo o trabalho, agora sob a ótica de novas aprendizagens adquiridas no decorrer da pesquisa e que nos permitem lançar interpretações qualificadas sobre: as relações de gênero que se desenvolvem na dinâmica familiar, o abuso sexual como violência de gênero, a responsabilização da menina e o exercício da função protetiva.

Evidenciar a violência de gênero escamoteada por trás da responsabilização da menina é uma das primeiras contribuições desta pesquisa. A partir desta visibilidade apresenta-se aos programas de proteção da criança e do adolescente, a demanda por uma nova abordagem à vítima e seus familiares, enfrentando não só a violência propriamente, como suas causas. Esta tarefa, evidentemente, não compete exclusivamente aos programas de proteção, que são acionados uma vez que a violência já tenha ocorrido.

CAPÍTULO I

REFERÊNCIAS TEÓRICAS QUE FUNDAMENTAM O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*Dos cegos do castelo me despeço e vou*⁵

1.1. Movimento feminista – uma breve contextualização

A história das mulheres conquista espaço, inegavelmente, na trajetória recente da humanidade. Até o final do século XIX as mulheres não constam das narrativas dos historiadores; todavia, sua história foi sendo feita, construída à margem dos registros oficiais e, gradativamente, se impondo à pauta da História. Esta história foi se reconstituindo a partir das histórias de vida que foram se constituindo no trajeto, muitas delas tendo adquirido visibilidade por meio de relatos orais, uma vez que sabidamente não constam na historiografia.

O Movimento Feminista é um dos movimentos mais vitoriosos do século XX. Segundo TELES (1993, p. 12) “refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história”. Reivindica não só uma legislação capaz de combater a discriminação, como uma ação que visa o protagonismo das mulheres na definição de atribuições, significados, e de papéis desempenhados na sociedade.

Na atualidade, embora ainda prioritariamente encabeçado por mulheres, já podemos afirmar que muitos homens aderiram à causa feminista, reconhecendo no seu ideário a transgressão necessária para alçar a sociedade humana a um novo patamar de civilidade.

⁵ Verso da música “Os cegos do castelo” de Nando Reis (1997)

Todavia, muitos foram os obstáculos às conquistas das mulheres através da luta feminista e novos obstáculos são constituídos nas bases das relações sociais, diuturnamente.

O controle da sexualidade feminina tem sido um dos principais instrumentos da dominação perpetrada às mulheres, pelos homens. Através de uma orientação da sexualidade feminina para fins reprodutivos, justificou-se, por séculos, o enclausuramento das mulheres ao âmbito privado. Apesar de, na cultura ocidental, convivermos com a sensação de que seguimos em direção à emancipação humana, por meio da ampliação dos direitos individuais, no que se refere à sexualidade, sofremos um movimento de retração, segundo Foucault (2003), entre os séculos XVII e XIX.

Segundo Foucault (2003), até o início do século XVII, havia certa tolerância com que hoje é considerado ilícito, ou seja, os códigos de obscenidade e decência, eram menos rígidos. A partir do século XIX, com o surgimento da família do modelo burguês, impõe-se nova função à sexualidade:

A sexualidade é então cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. (FOUCAULT, 2003, p. 9)

A reclusão passa a fazer parte da vida da mulher como uma característica naturalmente dada e, portanto, desejável. A sexualidade da mulher, seu corpo, passa a ser considerada propriedade (primeiro do pai, depois do esposo) e serve à reprodução da espécie, e à satisfação dos prazeres do esposo. As diferenças de papéis eram atribuídas à natureza feminina frágil, dócil e fortemente emotiva, portanto, a mulher era considerada incapaz para a vida pública. Esta condição, porém nunca foi totalmente pacífica e aceita por todas as mulheres, apesar de defendida por séculos, inclusive pela maioria delas, como algo natural e lógico.

No final do século XIX inicia-se lenta, mas definitivamente, uma crescente insatisfação com o papel atribuído às mulheres, em todos os âmbitos: familiar, social e político, trazida à cena não só por mulheres, mas por

homens preocupados em universalizar os preceitos liberais de igualdade e liberdade.

A luta pela igualdade nos direitos civis demarca a primeira geração do movimento ou a primeira onda. O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nesta fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nesta época, era a luta contra a discriminação das mulheres e a garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão feminina imposta pelo patriarcado (NARVAZ, 2005, p.58).

O acesso da mulher à educação formal nos níveis médio e superior, ao trabalho remunerado e, principalmente, à participação política, resumida aqui ao direito de votar, representam as principais reivindicações deste momento do Movimento Feminista. A adequação destas demandas ao mercado livre da sociedade capitalista é evidenciada por Andrea Nye (1995), referindo-se a Herriot Taylor, uma reconhecida feminista liberal da época, quando afirma:

Para Taylor o voto não bastava: é também necessária a participação no mercado livre da sociedade capitalista. As mulheres devem contribuir economicamente para a família pela simples razão de que a mulher que contribui não pode ser 'tratada do mesmo modo desdenhoso e tirânico' que quando [sic] o 'homem é o único administrador do que é ganho'. A participação das mulheres contribuirá também, no bom feitiço utilitarista, para a felicidade de todos. O mercado funciona melhor quando todos, em competição franca, decidem o que ele ou ela fazem [sic] melhor. (NYE, 1995, p. 30)

Embora a denominada primeira onda do feminismo tenham girado em torno do voto universal e tenha, predominantemente, se adequado aos padrões econômicos da sociedade liberal, este movimento pode ser considerado precursor de outras lutas emancipatórias feministas, que questionam desde o papel atribuído à mulher no âmbito doméstico, até a sua inexpressiva participação na vida pública e, portanto, nos espaços decisórios da esfera política.

Não seria descabido afirmar que este movimento, que algumas feministas denominam como a primeira onda do feminismo, foi fundamental, também, pelas críticas que gerou, por não se opor aos fundamentos da

sociedade conservadora liberal, ignorando a contribuição do modelo societal sócio-econômico, na produção e reprodução do modelo das relações sociais praticadas entre homens e mulheres.

Todavia o feminismo de orientação marxista⁶ tampouco foi capaz de dar respostas à busca pelas razões da condição de subalternidade a qual a mulher fora conduzida durante a trajetória da humanidade, e à forma como esta poderia ser conduzida à superação. Embora as feministas marxistas e seus camaradas reconhecessem no papel atribuído à mulher a determinação do modo de produção, ou seja, não era dado pela natureza, as razões econômicas apontadas pelos seus teóricos, segundo Nye (1939) mostraram-se insuficientes no momento em que, após a revolução Russa de 1917, foram incapazes de prosseguir na construção da igualdade que fora traçada no campo teórico.

Na década de 1960 em vários países do mundo, houve o que podemos considerar uma verdadeira revolução feminista, uma segunda onda, fundamentada por velhas e novas discussões sobre a origem do subjugo das mulheres na história da humanidade, do existencialismo à psicanálise. Não mais fundados exclusivamente nas teorias liberais, com movimentos pela garantia de direitos civis e políticos, motivados por uma gama considerável de variáveis às quais foram incorporadas as discriminações por raça, etnia e classe, identificando as mais variadas formas de exclusão às quais foram as mulheres relegadas.

A segunda onda do movimento feminista, segundo Narvaz (2005) é demarcada pela ênfase na diferença, na produção da subjetividade, influência do pensamento de Michel Foucault. Especialmente as feministas francesas, postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. (NARVAZ, 2005).

⁶ Para conhecer o Movimento Feminista de orientação marxista no Brasil, ler as obras das autoras Rose Marie Muraro e Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, dentre outras: **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade** (SAFFIOTI, 1979); **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil** (MURARO, 1983).

Também no Brasil⁷ um número cada vez mais significativo de mulheres passou a ingressar na luta pelos seus direitos e várias conquistas do movimento feminista repercutiram país de forma importante, abrindo espaço para a mulher no campo social, profissional e político. Um crescente movimento nas principais capitais dos estados brasileiros atinge as bases da sociedade provocando, principalmente a partir da década de 1960, questionamentos contundentes quanto ao papel da mulher na sociedade, na família, em relação ao próprio corpo.

Com o golpe militar de 1964, estas discussões são soterradas pelas novas demandas da sociedade brasileira: a liberdade de expressão, a cassação dos direitos civis e políticos e a violência governista em relação aos opositores políticos do regime militar.

Em Santa Catarina a participação das mulheres na luta por direitos emancipatórios, neste período, foi praticamente inexistente, sendo esta discussão palco de manifestações masculinas favoráveis ou contrárias à questão dos direitos das mulheres. Das mulheres catarinenses vinham, geralmente, opiniões acerca de seus papéis domésticos, de esposa e mãe, e de como melhor desempenhá-los. Apesar do pensamento feminista estar se constituindo já neste período em Santa Catarina, o movimento feminista como ação coletiva passa a existir somente na década de 1980.

Em um artigo de meados da década de 60, analisado por Petersen (2006), do jornal A Nação, o feminismo é criticado como um dos maiores problemas sociológicos, pois desvirtuaria a mulher de seu posto natural e faria com que ela tivesse contato com vícios e atitudes anti-femininas.

...o feminismo é um dos mais cruciantes problemas da sociologia doméstica contemporânea...firmado este ponto de vista, examinemos outra face do problema: o trabalho feminino em regra geral é um mal por que afasta a mulher do posto que naturalmente lhes compete na engrenagem social: a direção do lar. (...) O feminismo integral leva a mulher a concorrer em todo o terreno com o homem (...) Fá-las perder o recato natural, ingressar nos vícios sociais do fumo, da bebida, etc.

⁷ Sobre a História do Movimento Feminista no Brasil ler TELES (1993).

(...) O feminismo integral deve ser combatido, para o perfeito equilíbrio social (BECKHAUSER, apud PETERSEN, 2006, p).

As reivindicações feministas, apesar de serem pauta constante nos últimos dois séculos, ainda se fazem necessárias. Questões como sexualidade, gravidez, aborto, violência sexual, filhos, ainda povoam o cotidiano das mulheres. São consideradas preocupações femininas, problemas femininos, afinal, fazem parte do seu mundo privado. No plano do discurso, eventualmente, estas questões são discutidas com os homens, mas ao atribuímos responsabilidades, na prática, é sobre as mulheres que elas recaem.

O movimento feminista, nesta fase, embora oportunize a discussão sobre os direitos das mulheres, assegurando por meio da legislação o acesso ao voto, à herança, à propriedade, ao trabalho, à condição de igualdade jurídica no casamento, foi insuficiente para mudar o rumo da História, quanto à difusão da condição de “inferioridade” feminina. Tanto a tendência da luta pela igualdade de direitos, quanto a tendência da luta pelo direito à diferença, acabaram por reproduzir um conceito de identidade feminina naturalizada.

Num primeiro momento, estudos sobre a condição feminina, brigando pela igualdade entre os sexos, pela não discriminação da mulher, pelo seu direito a participação no mundo público, por oportunidades iguais de educação, de trabalho, de participação política, nos partidos, em cargos de chefia nas empresas...Num segundo momento, caracterizou-se com o que foi chamado feminismo das diferenças: as mulheres são diferentes dos homens, e essas diferenças devem ser afirmadas, mas elas não podem servir para justificar as discriminações contra as mulheres. (LAGO, 1999, p. 3-4).

Ou seja, não se negava que a força, a determinação e a razão fossem características masculinas; ou ainda, que a delicadeza, a fragilidade e a sensibilidade, fossem características femininas. Nos primeiros manifestos do movimento feminista o que se reivindicou foi que as diferenças da “identidade feminina” não servissem de base para sua dominação, subjugo e subordinação, ou seja, para a perpetuação da desigualdade.

Somente a partir dos anos 1970, chegou-se a formulação da categoria Gênero. A idéia de Gênero como “... um elemento constitutivo das relações

sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, de Joan Scott (1995, p. 14), é uma das mais difundidas nos estudos da atualidade, no Brasil. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero, inaugurando, para algumas teóricas, a terceira onda do Movimento Feminista.

O conceito de gênero passa a ser utilizado de forma mais sistemática no Brasil, segundo LISBOA (2005), a partir do final da década de 1980.

“O conceito passa a ser usado de forma relacional, ou seja, os estudos feministas que enfatizam só as mulheres, agora passam a referir-se de forma explícita aos homens e mulheres, passam a ser chamados estudos de gênero ou das relações de gênero.” (LISBOA, 2005, p. 27)

Neste contexto emerge a denominada terceira onda do feminismo que se caracteriza pela minimização do questionamento às condições objetivas associadas à condição da mulher na produção e no mundo do trabalho, dá ênfase para as condições subjetivas de ser mulher, amplia a discussão da relação homem/mulher para a relação feminino/masculino e, por este prisma, aglutina elementos sócio/culturais e não somente econômicos.

Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda) cuja proposta concentra-se na análise das diferenças e da alteridade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença. As propostas feministas que enfatizam a igualdade são conhecidas como ‘o feminismo da igualdade’, enquanto as propostas feministas que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como ‘o feminismo da diferença’. Esta terceira fase do movimento feminista é fruto da intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia (NARVAZ, 2005, p. 59).

Neste sentido, segundo Di Fiori e Santos (2007), o movimento tenta resgatar um ideal de igualdade, contudo respeitando à diferença, tanto na esfera pública como na privada. Por um lado o movimento nessa perspectiva se aproxima à vida concreta das mulheres, principalmente àquelas que ocupam postos de trabalho ou cargos na política, e por outro se afasta do questionamento crítico do modelo econômico vigente, tendo como

consequência a dispersão e a negação dos antigos referenciais da luta feminista.

As três gerações do feminismo, tanto em seus aspectos políticos quanto teóricos, não podem ser entendidas numa perspectiva histórica linear. As diferentes propostas de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem na contemporaneidade.

Todavia é o desenvolvimento da categoria gênero, que traz contribuições aqui consideradas fundamentais, para o avanço na direção da utopia dos movimentos feministas por uma sociedade em que todas as pessoas sejam acolhidas, respeitadas e estimuladas a desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Esta sociedade só poderá ser construída, realmente, com a participação livre e consciente de mulheres e de homens.

1.2. A violência como uma questão de gênero: relações de poder e dominação.

As discussões sobre a categoria Gênero não são novas, mas o desconhecimento, os equívocos e a incompreensão que giram em torno do termo demonstram que este é um conceito ainda novo para a maioria das pessoas.

É importante lembrar que, como nos diz Fagundes (1991, p. 2) desde os primeiros anos de vida, “na nossa cultura, a menina aprende, na família, que ser mulher é saber cuidar de crianças, cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido e dos filhos; ser mulher é adotar a postura do servir, do submeter-se, do obedecer ao pai, irmão, marido, etc”.; é demonstrar dependência, passividade, docilidade, carinho afetividade, paciência; é ser aquela que sempre procura agradar, e mais uma série interminável de qualificações consideradas femininas. O menino, por outro lado, aprende que ser homem é comandar, especialmente as mulheres e filhas; é poder tomar decisões; é ser

ativo, viril, corajoso, seguro, etc. Os filhos também estão sob o comando dos pais, mas desde os primeiros anos percebe-se uma certa frouxidão nas regras a eles imputadas, e quebrá-las é encarado como uma aprendizagem da coragem, força e determinação que deverão ter na vida adulta.

As primeiras concepções acerca dos papéis de mulheres e homens apreendidas na família, segundo Fagundes (1991) são freqüentemente reforçadas na escola, ao mesmo tempo em que se processa a aquisição de outros comportamentos e atitudes, resultando na incorporação, pela menina, da concepção de ser mulher, entendida como ser boa aluna, educada, obediente, aplicada, que se submete às regras e normas, mais propensa às ciências humanas, às letras e às artes. Os meninos, por outro lado, são incentivados à liderança, à coragem, à praticidade e à ousadia, qualidades, dentre outras, importantes para profissões consideradas masculinas como dirigentes de empresas, construtores, pesquisadores, etc.

Igualmente a mídia, agente formador de opinião cada vez mais importante na atualidade, contribui de modo significativo para a criação e/ou manutenção de estereótipos sexuais. Programas e seriados de TV, comerciais veiculados por revistas, jornais, rádio e televisão, reafirmam diuturnamente, os distintos papéis sexuais, reservando a homens e mulheres imagens pré-estabelecidas.

Por meio de generalizações, em que uma verdade vai sendo construída, diferenças vão sendo estabelecidas entre homens e mulheres, e embora sejam diferenças socialmente construídas, são paulatinamente naturalizadas, recebendo status de verdades absolutas e definitivas.

Com a utilização do conceito Gênero, segundo Lago (1999), “ênfatizando a noção de construção cultural de papéis femininos e masculinos nas diferentes sociedades”, destaca-se o aspecto relacional da construção histórica de masculinidades e feminilidades.

A constatação de que as características historicamente atribuídas às pessoas, não são decorrentes do sexo com o qual nascem, apresenta-se como uma possibilidade revolucionária, no campo do comportamento humano.

Estariam assim todos, homens e mulheres, livres para serem fortes/fracos, autônomos/dependentes, racionais/emotivos. Este é o grande diferencial introduzido pela categoria Gênero em relação às teorias feministas anteriores: a idéia de que os sujeitos são constituídos de suas experiências e vivências, que por sua vez são engendradas histórico-culturalmente, e não dadas pela natureza.

Entendendo Gênero como “... um primeiro modo de dar significação às relações de poder”, e ainda como “ um campo primordial no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” Joan Scott (*apud* Rocha, 2007, p. 11), nos remete à análise de quais relações de poder desenvolvem-se nas relações sociais, mais precisamente, nas relações de gênero.

Ao poder geralmente são relacionados força, centralidade, repressão, que por sua vez são associados ao Estado, às classes dominantes e aos homens, em nossas análises feministas, segundo Meyer (1996).

Tomando como referência as elaborações de Foucault (1993), as relações de poder estão presentes em todas as relações sociais (econômicas, políticas, sociais, sexuais) e convergem tanto para sua preservação quanto para sua transformação. Fazendo-se presente em múltiplos pontos, onde há poder há resistência, e esta resistência também se configuraria numa forma de poder.

De acordo com Foucault (1993) o poder não é algo que se possui, que se adquire, nem tampouco compartilha, portanto não está estático num dos pólos da relação. É, portanto, um jogo no qual ora poderá dominar um pólo, ora outro.

Reconhecendo na ação das mulheres a resistência, que seria um mecanismo de poder, pode-se observar também que esta parte de poder por elas exercido, tem sido insuficiente para reverter o jogo da dominação masculina. Esta dominação que se configura na quase totalidade das organizações societárias reconhecidas na história da humanidade, demonstra que há uma distribuição desigual nas parcelas de poder exercido entre os pólos, no que se refere às relações de gênero.

Embora a distribuição desigual do poder entre homens e mulheres esteja sendo eliminado, gradativamente, dos estatutos jurídicos das sociedades contemporâneas, mais uma vez as elaborações de Foucault (2003) contribuem para a compreensão do fato de que a dominação ainda se encontra privilegiadamente no pólo masculino: é mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos. O segredo, para o poder, é indispensável ao seu funcionamento. Os mecanismos mais sutis são os mais eficazes na produção da dominação e da submissão e os mais difíceis de combater.

Um papel de destaque nas relações de poder e dominação é desempenhado pelas representações que são elaboradas sobre qualquer tema em análise. Roger Chartier (1988) fala de representações como apropriações do real, sentidos construídos de acordo com interesses de grupos que as formulam. Fala também do objeto da história cultural, que segundo ele, deve levar em conta o lugar e o momento em que é construída uma realidade social. Deste modo, as representações que fazemos a cerca do lugar sócio-político que ocupam homens e mulheres na sociedade, estão carregadas dos interesses do grupo ora dominante.

Bourdieu (1996) por sua vez, para compreender os mecanismos da dominação masculina infere importância definitiva à dominação simbólica, através da qual o pólo dominado incorpora o discurso do pólo dominante e passa a integrar os instrumentos de reprodução das condições da dominação à qual está submetido. Aponta ainda que a tomada de consciência não constitui garantia de superação da submissão feminina, posto que a construção desta submissão não se dá somente no nível da consciência.

É preciso transformar profundamente as disposições adquiridas por uma espécie de reeducação – aquela que é necessária para perder um mau costume, um mau hábito de pegar a raquete, um mau sotaque, etc. A gente sabe como é longo e difícil mudar, e que é preciso mudar de forma inseparável as condições de produção dessas disposições, dessas estruturas incorporadas, é preciso, portanto, mudar a ordem simbólica. (BOURDIEU, 1996, p. 38)

Portanto, uma análise criteriosa dos mecanismos da preservação do poder e da dominação masculina é imprescindível para desencadear o processo de transformação das relações de gênero.

Assim como onde há poder há resistência, onde há resistência há contra-resistência. A violência de gênero é uma forma explícita de contra-resistência, ou seja, se o movimento feminista representa uma resistência ao lugar sócio-político destinado às mulheres, a violência de gênero transmite a mensagem de que o papel de dominador exercido pelo homem, não lhe será facilmente abstraído.

1.3. Violência de Gênero – definições em debate

Violência, segundo Teles (2002, p. 15), “quer dizer o uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não esteja com vontade”, bem como impedir outra pessoa de fazer o que deseja. É uma forma de submeter alguém a sua vontade, ao seu domínio.

Numa conceituação um pouco mais abrangente, para Chauí (1984) a violência é uma relação de forças caracterizada num pólo pela dominação e no outro pela coisificação. O pressuposto dessa definição é a idéia de liberdade de Spinoza, (*apud* ARAUJO, 2002, p. 3) de que “a liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”.

Desta forma não estaria em jogo somente o fazer ou não o que se tem vontade, mas de que forma esta vontade é construída, considerando, pois que após anos de formação familiar, social e institucional, é compreensível que a maioria das mulheres se submeta aos maridos, aparentemente por vontade, assumindo como suas as vontades do marido.

Nesse sentido, se tomamos a liberdade como uma capacidade e um direito fundamental do ser humano, podemos dizer que a violência é uma

violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito constituinte da própria história. É a concepção de violência de Chauí (1984) que fundamenta nossa compreensão da violência e a partir desta, analisamos a violência contra a mulher e as diferentes manifestações da violência de gênero.

Fundamental, também, incorporar a concepção de violência na perspectiva dos direitos humanos, a partir da qual entende-se por violência todo agenciamento capaz de violá-los. Segundo Saffioti (1999) a concepção de violência na perspectiva dos direitos humanos precisa ser feita à luz do nosso tempo, pois:

“É bem verdade que isto exige uma releitura dos direitos humanos. Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: declaração universal dos direitos do homem e do cidadão. Rigorosamente, é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos enquanto também femininos.” (SAFFIOTI, 1999, p. 84)

A ausência da perspectiva de gênero no direito é responsável pelo encobrimento da violência doméstica contra as mulheres como uma violação de direitos humanos, com a conseqüente negação do reconhecimento, por parte dos operadores de direito, dos tratados internacionais de direitos humanos das mulheres.

Os Direitos Humanos passam a ser entendidos como extensivos as mulheres somente no final do século XX e, portanto, somente a partir daí passa-se a compreender a violência de gênero como violação dos Direitos Humanos.

Apesar disto, é sabido que as declarações e tratados internacionais são constantemente violados. Especialmente quando uma criança, um (a) adolescente ou uma mulher são vítimas de violência doméstica, os princípios da justiça são fortemente abalados. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha incluído entre seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, o direito penal brasileiro ainda se preocupa mais com o crime e com o criminoso do que com a vítima.

Para Saffioti & Almeida (1995) a violência de gênero apresenta algumas características, dentre as quais se destacam especialmente o objetivo de

preservar a organização social de gênero, que se funda na hierarquia e na desigualdade dos lugares sociais atribuídos devido ao sexo, subalternizando o gênero feminino; e a capacidade de ampliar-se e atualizar-se na mesma proporção em que o poder e a dominação masculina são ameaçados. A violência de gênero não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino.

A violência de gênero, assim como os conceitos de masculinidade e feminilidade, é construída socialmente e além de visar o domínio presente do homem sobre a mulher, desenvolve um complexo conjunto de idéias e comportamentos que pretendem generalizar e perpetuar o ideário da inferioridade feminina, portanto justificando sua subordinação.

Pode-se considerar violência de Gênero não só a violência cometida contra as mulheres, mas toda forma de violência cometida em nome da conservação das identidades arbitrariamente atribuídas a homens e mulheres, independente de sua identidade sexual e de gênero. Portanto, sujeitar os homens a reproduzir os papéis de dominação, autoritarismo e violência contra a mulher também se caracteriza como violência de Gênero. Durante toda a vida do homem, lhe são apresentados questionamentos acerca de seu comportamento sexual, exigindo-lhe posturas agressivas, determinadas, dominadoras. Acreditar que todo homem oprime e que toda mulher é oprimida, é a regra num discurso amplamente difundido e reproduzido.

Para a elaboração deste entendimento contribui a afirmação de Teles (2002):

Por meio da força bruta, inicialmente, forjou-se o controle masculino sobre as mulheres. Gradativamente foram introduzidos novos métodos e novas formas de dominação masculina: as leis, a cultura, a religião, a filosofia, a ciência, a política. Ao serem tratadas como propriedade dos homens, as mulheres perderam, em diferentes níveis, a autonomia, a liberdade, e o mais básico direito de controle sobre o seu próprio corpo. (TELES, 2002, p. 29)

Portanto,

...não há sustentação teórica para se atribuir a fatores naturais os determinantes de comportamentos agressivos dos homens

e da submissão das mulheres. As explicações para tal fenômeno são de corte social, e também contribuem para isso: a educação, os costumes e os meios de comunicação (desde os mais primitivos), pois criam e preservam estereótipos reforçadores da idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres. (SOUZA: 2006, p. 35)

Segundo a mesma autora (TELES, 2002) a violência de gênero manifesta-se das mais variadas formas, a saber:

- Violência doméstica: é a que ocorre dentro de casa, entre pessoas que co-habitam, independente de laços de sangue;

- Violência intrafamiliar: são relações violentas entre membros da própria família, mas podem ocorrer fora do espaço doméstico;

- Violência sexual: são atos de força em que a pessoa agressora obriga a outra a manter relação sexual contra a sua vontade. As vítimas tem sido, principalmente, do sexo feminino, mesmo quando crianças e adolescentes;

- Abuso sexual⁸: é a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. O adulto impõe o seu desejo sexual a uma criança ou adolescente para sua satisfação, usando o outro como objeto. O pai biológico é um dos principais agressores e as vítimas são, principalmente, do sexo feminino;

- Violência conjugal: é a que ocorre nas relações entre marido e mulher ou nas relações das chamadas uniões estáveis. Inclui também ex-cônjuges, ex-conviventes, noivos ou namorados;

- Violência interpessoal: é o termo utilizado para definir a violência entre pessoas conhecidas;

- Violência patrimonial: é a dilapidação de bens, materiais ou não. Provoca danos, perdas, destruição, retenção de objetos, instrumentos, documentos, entre outros;

⁸ O abuso sexual, segundo Azevedo e Guerra (1988), é uma forma de violência sexual praticada por pessoa adulta, contra criança ou adolescente, ou por adolescente contra criança, com diferença de idade de pelo menos 5 anos.

- Violência sexista: é aquela utilizada em decorrência da discriminação sexual;

- Assédio sexual: é a ação de obrigar uma pessoa a aceitar suas propostas sexuais, utilizando-se para tal de poder, decorrente de ocupação de posição superior no trabalho.

Presente em grande parte das manifestações acima citadas, a violência psicológica freqüentemente está associada à violência física ou sexual. É muitas vezes "sutil" parecendo leve, mansa, e extremamente hábil, dificultando à vítima caracterizar o comportamento do seu agressor como violento. Por esta razão é a violência com a qual a vítima convive por mais tempo e cujos efeitos são menos evidentes, mas não menos devastadores.

A violência psicológica geralmente atenta contra a dignidade da pessoa, sobre seus atributos físicos ou intelectuais, objetivando denegrir sua imagem, destruir sua auto-estima, ridicularizar seus valores e conhecimentos. A dificuldade de seu enfrentamento decorre, em parte, da falta de materialidade imediata nos sinais deixados pela violência psicológica, embora suas marcas físicas também apareçam com o passar do tempo: no olhar, na curvatura do corpo, na contenção dos movimentos.

Saffioti (*apud* ARAUJO, 2002) propõe o uso do termo *violência de gênero* como um conceito amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Para essa autora, quando se adota a expressão violência contra a mulher, que é a mais conhecida, ganha-se espaço para além da violência doméstica, mas perde-se grande parte da violência de gênero contida especificamente nas violações dos direitos de crianças e adolescentes, cometidas não só por homens, mas também por mulheres agressoras.

As mulheres são agressoras de crianças muito freqüentemente, embora sejam raras histórias de denúncias ou relatos que indiquem a prática de violência sexual contra crianças, dando indícios de que a incidência deste tipo de violência seja menor. Há, porém, um profundo desconhecimento sobre a ocorrência de abuso sexual perpetrado pelas mulheres. Às mulheres sempre

fora permitido maior aproximação, toque, troca de carinho, colo...com um olhar condescendente e de aprovação por quem assiste, pois se espera delas o pleno desenvolvimento das funções afetivas, especialmente em relação aos filhos. E por trás deste comportamento muitas vezes ocultam-se atitudes abusivas.

A violência de gênero, em todas as formas de manifestações, se materializa por meio de agressões físicas e psicológicas de forma evidente, mas também por meio da educação formal e informal, por meio da mídia, das instituições sociais como igrejas, partidos políticos, escolas, ou seja, por meio de todas as instâncias onde as relações sociais se reproduzem, com todas as suas sutilezas. Na relação cotidiana entre mulheres e homens, crianças ou idosos, reproduz-se também por meio da violência simbólica, a continuidade da dominação masculina.

Pierre Bourdieu (1999) denomina "violência simbólica", a internalização (inconsciente) do discurso do dominador pelo dominado, que o faz cúmplice de sua própria dominação. Forma sutil de coação que se apóia, geralmente, em crenças e preconceitos coletivos. A violência simbólica se engendra na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Assim, o termo "violência simbólica" está sendo aqui utilizado como toda forma de violência oculta, que se utiliza de padrões ou normas morais, para produzir crenças que levam a vítima a ver o mundo sob o prisma do seu agressor.

Na presente pesquisa se dá, dentre as diversas expressões da violência de gênero, atenção privilegiada à violência contra a mulher, por ser uma das expressões mais evidentes da violência de gênero, a primeira reconhecida como tal, a mais denunciada e o maior alvo das políticas públicas, nesta área; e ao abuso sexual, por serem as meninas vítimas desta violência de gênero, responsabilizadas por ela, o objeto de estudo desta pesquisa.

1.4. Violência contra a mulher

Uma das formas mais visíveis da luta pela manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres é a violência, seja ela física, psicológica ou sexual. Na verdade a fronteira entre um e outro tipo de violência é sempre difícil de definir, pois a violência física e/ou sexual certamente terá repercussões psicológicas, assim como a violência psicológica poderá provocar repercussões manifestas no corpo e na expressão da sexualidade.

A violência contra a mulher, embora ocorra freqüentemente no espaço doméstico e familiar, não se restringe a ele. É perpetrada por parentes e não-parentes, dentro e fora do domicílio, inclusive por outras mulheres.

O fenômeno da violência contra a mulher acontece nas sociedades há milhares de anos. Por muitos séculos, no entanto, não se tornou conhecido pelo fato de acontecer, principalmente, no espaço privado. O espaço doméstico familiar, local onde acontecem relações contraditórias, conflituosas, de poder e dominação, tem se revelado um espaço privilegiado para o exercício da violência, por ser considerado um espaço ao qual o Estado não acessa. Como sabemos, durante muito tempo, a mulher foi considerada como objeto, um sujeito social com pouco ou nenhum direito e que, por isso mesmo, está sujeito a todo tipo de violência, especialmente a violência doméstica. Da mesma forma, o silêncio das mulheres agredidas e as idéias sobre sua inferioridade têm contribuído para a manutenção e o aumento deste tipo de violência.

Ainda no início século XX, a violência praticada contra a mulher era negligenciada, mesmo quando, e isto acontecia raramente, a violência fosse denunciada, esta agressão geralmente era tratada com descaso pelas autoridades competentes, perpetrando à violência contra a mulher um lugar de invisibilidade, não existência.

Segundo Souza (2006) o conhecimento que temos sobre a violência contra a mulher ainda é precário, contribuindo para que este grave fenômeno social seja um problema com pouca visibilidade, isto porque, nem sempre, a

vítima procura denunciar o agressor. Ocorre que os desdobramentos de um caso de denúncia de agressão muitas vezes resultam em impunidade e o agressor, dado ao seu papel de “provedor da família” é beneficiado pela tolerância da cultura machista⁹, enquanto a mulher, produto e vítima desta mesma cultura que a subordinou ao espaço doméstico, é muitas vezes responsabilizada¹⁰ pela violência que sofreu. Como consequência, temos a impunidade dos agressores e a transformação da vítima em ré.

Com o crescimento da luta pela democracia brasileira, na passagem para a década de 80, do século XX, as mulheres em suas lutas passaram a preocupar-se com questões específicas como as relações de gênero e sexualidade, na tentativa de tomar novos rumos e de obter novas conquistas numa perspectiva de construção da cidadania. Passa-se a denunciar a violência contra a mulher como responsabilidade de toda a sociedade, e seu enfrentamento como ação de política pública. A violência contra a mulher passa a ser tratada como violação dos Direitos Humanos.

Não obstante as Convenções Internacionais que tratam do enfrentamento da violência contra a mulher, ratificadas pelo Brasil, dentre as quais destacam-se: Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ratificada em 1984) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (ratificada em 1985), a Constituição Federal de 1988, “buscou romper com um sistema fortemente discriminatório (negativamente), em relação ao gênero feminino.” (TELES, 2002, p. 60)

É a partir da década de 1980 que, no Brasil, se criam as Delegacias de Mulheres, numa demonstração de reconhecimento de que apenas a legislação garantindo os direitos não fora suficiente para assegurá-los. As Delegacias de

⁹ Segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa de Bueno (1996) machista é a pessoa ou atitude de quem não aceita a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, achando que o homem é superior.

¹⁰ Esta responsabilização recai, inclusive, sobre meninas e adolescentes vítimas de abuso sexual uma vez que costumam ser tratadas pelo abusador como mulheres adultas, acusadas de seduzirem seus agressores ou de serem suas cúmplices.

Mulheres deram certa visibilidade à questão da violência contra a mulher, no entanto, a falta de conseqüências diante das denúncias e as constantes retiradas das queixas por parte das mulheres, parecem não ter contribuído de forma eficiente para a eliminação da violência.

O ordenamento jurídico no Brasil¹¹, no que se referem à proteção aos Direitos Humanos, mais especificamente ao enfrentamento da violência contra as mulheres, apresenta um percurso marcado pelo preconceito e pela discriminação, passando pelo código penal (1940); pela Lei nº. 7.353/ 85, que cria o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, sem poder executivo ou deliberativo; e pela Lei nº. 9.099/95, que trata a violência contra a mulher como *infração penal de menor poder ofensivo*.

Em 2006, uma Lei Federal conhecida pelo nome de “Lei Maria da Penha”:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (LEI nº 11.340 de 07 de agosto de 2006)

A Lei Maria da Penha estabelece condições legais para modificar as relações entre mulheres vítimas de violência e seus agressores, o processamento desses crimes, o atendimento policial a partir do momento em que a autoridade tomar conhecimento do fato e a assistência do Ministério Público nas ações judiciais.

Entretanto, um olhar atento sobre a Lei 11.340/2006 permite observar que a lei cria um novo paradigma jurídico para o tratamento da violência de gênero baseado na concepção de respeito aos direitos humanos de vítimas e acusados. Os mecanismos de proteção propostos articulam, pela primeira vez

¹¹ Teles em: Breve história do feminismo no Brasil (2002) faz um histórico sucinto do ordenamento jurídico para o enfrentamento da violência contra a mulher, no Brasil.

na legislação de alcance doméstico, o processo penal para atender as necessidades das vítimas, estabelecendo um direito penal que responde às diversas demandas de uma mulher em situação de violência doméstica, sem violar os direitos do acusado. Esta Lei dá fôlego novo à luta contra a violência contra a mulher, embora sua ação se efetive prioritariamente no campo punitivo, ou seja, depois que a violência já ocorreu.

Muito embora a iniciativa em apresentar o projeto de lei tenha sido do próprio Poder Executivo ao final de 2004, a proposta é fruto de anos de discussão entre o Governo brasileiro e a sociedade internacional e também de um apelo de milhões de mulheres brasileiras vítimas de discriminação por gênero, de agressões físicas e psicológicas e de violência sexual, tanto dentro como fora do seio familiar.

É inegável, entretanto, que nas sociedades capitalistas as relações sociais se estruturam de modo a confirmar e reafirmar a supremacia masculina, responsabilizando a mulher pela violência contra ela cometida.

De acordo com Souza (2006), se considerarmos todas as suas formas de manifestação, vem aumentando um tipo de violência contra as mulheres que tem como base não só a idéia de inferioridade da mulher, mas também a influência do moderno sistema capitalista que persiste em definir o homem como ser produtivo de maior importância, enquanto que a mulher é apenas a parte complementar, a qual ficam destinadas funções menos relevantes como educação, ação social e enfermagem, por exemplo. Este tipo de discriminação apresenta-se de forma muito severa, pois está amparada em conceitos desenvolvidos socialmente, e não em credices, padrões religiosos ou tradições morais.

Podemos observar que mesmo nas sociedades atuais, como nos diz Kollontay (1978, p. 15), “a ideologia patriarcal¹² subordina a mulher utilizando-

¹² Segundo Saffioti (2004) o patriarcado trata da dominação dos homens sobre as mulheres e do direito masculino de acesso sexual regular a elas. A ideologia patriarcal restringe-se a esfera privada, no que se refere a sua regulamentação, porém suas relações, suas hierarquias e sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, civil e estatal.

se da disciplina para obtenção de sua sujeição, o que vem resultar na naturalização do fenômeno violência contra a mulher”.

É importante identificar a violência contra a mulher como parte dos recursos de poder utilizados pelos homens para manter os privilégios e os benefícios que a milenar cultura patriarcal lhes tem assegurado. Uma aparente indisposição para construir novos relacionamentos entre gêneros, baseados em valores de igualdade efetiva e de liberdade se constitui em mecanismo de negação da condição humana para as mulheres.

Esta é a cultura que vem sendo questionada pelos movimentos feministas, que a partir da introdução da categoria gênero, lutam por um novo paradigma para homens e mulheres, e não só pela valorização ou não discriminação da mulher.

Os teóricos feministas teceram um retrato revelador das atividades dos homens; daqueles homens que a industrialização transforma em indivíduos em concorrência; daqueles homens que o socialismo junta numa máquina de produzir; daqueles homens para quem o poder sobre outros é um modo de evitar a vulnerabilidade; daqueles homens que devem conciliar com pais abusivos; daqueles homens que se refugiam na linguagem alienada da racionalidade. (NYE, 1995, p. 269)

Retoma-se aqui à dominação masculina em Bourdieu, reafirmando a urgência em apropriar-se dos mecanismos pelos quais se reproduzem as masculinidades e feminilidades, não só de seus instrumentos evidentes, mas de seus instrumentos internalizados de forma geral e generalizante, e que asseguram a história da dominação masculina e da submissão feminina, sua reedição até a atualidade.

Dentre estes instrumentos assevera-se, neste trabalho, atenção prioritária sobre o abuso sexual numa perspectiva de gênero que, numa rede trans-geracional, imputa à menina, o lugar de submissão que se apresenta a ela em todos os períodos de sua vida, da infância à velhice.

CAPÍTULO II

O ABUSO SEXUAL CONTRA MENINAS

*A pé até encontrar um caminho, um lugar*¹³

2.1. O Abuso sexual numa perspectiva de gênero

Esse segredo familiar pode percorrer várias gerações sem ser denunciado. Há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar. (ARAÚJO,2002)

O enfrentamento do abuso sexual como um grave problema social, no Brasil, é relativamente recente. Apesar das evidências históricas apontadas por Azevedo & Guerra (1993) de que este tipo de abuso tem sido prática das mais remotas gerações, nas mais diversas culturas, somente a partir da segunda metade do século XX, em especial na última década, que a atenção da sociedade brasileira se aprofundou neste tema.

O tabu do abuso sexual, segundo Freud (*apud* SCHMICKLER, 2006), inscrito no cerne da cultura universal, está sendo objeto de estudos acadêmicos, principalmente a partir da década de 1990, impulsionado pelos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente e pelo movimento pelos direitos das mulheres, tomando visibilidade ainda maior com a nova ordem jurídica implantada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

¹³ Verso da música “Os cegos do castelo” de Nando Reis (1997)

Porém não se tem clara sua definição conceitual. Entende-se por abuso sexual a prática de atos libidinosos ou conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça com a finalidade da satisfação sexual própria ou de outrem. O termo abuso vem de “uso indevido” ou do abuso de alguma posição de poder ou de confiança. Esta forma específica de violência contra a criança, diz respeito ao envolvimento da mesma em atividades sexuais para as quais não tem condições de dar consentimento esclarecido (FURNISS, 1993).

O abuso sexual, segundo Azevedo e Guerra (1988), é uma forma de violência sexual praticada por pessoa adulta, contra criança ou adolescente, ou por adolescente contra criança, com diferença de idade de pelo menos 5 anos, através do uso de violência física, coação ou abuso de confiança. Esta tipificação, no entanto, embora seja amplamente aceita no meio científico e acadêmico, não encontra inscrição nos estatutos jurídicos brasileiros.

No que se refere sua categorização, o abuso sexual é uma violência tratada ora como sendo da ordem do abuso, ora como sendo da ordem dos maus tratos. Por abusiva entende-se uma experiência para a qual uma pessoa não está preparada para consentir ou viver. Porém pode denotar, de forma errônea, no caso de abuso sexual, que exista uma experiência sexual entre criança/adolescente e adulto, que não seja abusiva.

A Organização Mundial de Saúde, por sua vez, inclui o abuso sexual na categoria dos maus tratos infligidos à infância. Essa noção, aparecida recentemente, assinala o alargamento de uma definição em que se passou da expressão “criança espancada”¹⁴, na qual se mencionava apenas a integridade corporal, para “criança maltratada”¹⁵ na qual se acrescentam os sofrimentos morais e psicológicos. “Maus tratos” abrange tudo o que uma pessoa faz e concorre para o sofrimento e a alienação de outra. Nesta pesquisa entende-se

¹⁴ A síndrome da criança espancada, segundo Ruaro et al (1997), é reconhecida como aquela em que a criança é vítima de deliberado trauma físico não acidental provocado por uma ou mais pessoas responsáveis por seu cuidado.

¹⁵ De acordo com Machado et al. (1994) os maus tratos se caracterizam por atos intencionais contínuos e que ocasionam dano físico, psicológico ou social à criança e/ou adolescente, sendo praticados por um agente agressor em condições de superioridade.

esta classificação como a mais adequada, circunscrevendo o abuso sexual no âmbito dos crimes contra a pessoa.

No campo jurídico, no Brasil

o abuso sexual contra crianças que ocorre entre um adulto e uma criança/adolescente, ou entre um adolescente e uma criança, tem punição prevista por lei. De acordo com o Código Penal brasileiro, presume-se inclusive a violência quando a criança tiver menos de 14 anos, mesmo que os atos não tenham a contribuição da violência. (SCHMICKLER, 2006: p. 23)

Da mesma forma há garantias de proteção à vítima e punição ao agressor, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente prevendo, inclusive, o afastamento do agressor do lar. Entretanto o tratamento jurídico brasileiro dado ao Abuso e Exploração Sexual como crime contra os costumes, onde se considera que apenas a esfera privada fora ofendida, obriga a denúncia de queixa crime, por parte do responsável pela criança/adolescente, por ser esta considerada civilmente incapaz. Desta forma faculta-se à família a omissão, deixando a vítima desprotegida.

Assim como o movimento feminista, o de defesa dos direitos da criança e do adolescente vem elaborando propostas de reformas legislativas, especialmente no Código Penal (Lei N.º 2.848/40), que dá tratamento moralista aos crimes sexuais e reflete claramente as relações de gênero de sua época. Algumas alterações do Código penal, especificamente no que se refere aos crimes contra os costumes, foram instituídas pela Lei 11.106/05, entretanto a ação penal continua a depender de queixa crime da parte ofendida. O ideal seria que, nos ainda chamados “crimes contra os costumes”, a ação fosse pública e incondicionada, pela relevância e gravidade dos fatos.

Todavia, para além das implicações jurídicas, o abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família, que deveria ser um ambiente protetivo para todos os seus membros. É difícil também para os profissionais envolvidos no atendimento da vítima, bem como do agressor, pois envolve a dimensão de sexualidade que, em primeira e última análise, afeta a todos.

Segundo Azevedo & Guerra (1993) o abuso sexual acontece em todos os grupos sociais e em toda a estrutura de classes. Entre os ricos o abuso é ocultado para proteger a família, o agressor ou, supostamente, a criança dos efeitos estigmatizantes do fenômeno. Entre os pobres, além da proteção da família, concorre para o segredo a ausência de expectativa quanto à proteção que as instituições seriam capazes de oferecer às vítimas.

Não obstante ser o abuso sexual uma violência para a qual convergem muitas variáveis, nesta pesquisa se privilegia a análise do abuso sexual como violência de gênero, por ser utilizada preferencialmente por homens contra meninas, como aporte de confirmação e reafirmação da dominação masculina, e o olhar da pesquisadora encontra-se especialmente voltado para o processo de responsabilização da vítima.

Como instrumento de dominação, o abuso sexual, segundo Figueiredo (2006), assim como outros tipos de violência sexual é um ato de abuso de poder e não simplesmente um ato sexual. Mais do que a satisfação do desejo sexual, para o qual poderia o agressor recorrer ao ato aceito socialmente, ou seja, sexo entre adultos, o abuso é um ato de violência e desejo de dominação.

Dentre as autoras que apontam o abuso sexual como violência de gênero, destacamos os trabalhos de Araújo (1999), Saffioti (1997 e 2004), Narvaz (2001), Teles (2002) e Schmickler (2006).

É relevante também observar que o abuso sexual é freqüentemente praticado sem o uso da força física e na maioria das vezes não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas. Um cuidadoso ritual de sedução é introduzido pelo abusador, dificultando à criança o reconhecimento da prática como abusiva. Por ser praticado predominantemente por membros da própria família, é muito freqüente o uso da relação de confiança existente entre o adulto e a criança/adolescente, em favor do abusador.

A literatura especializada (AZEVEDO; GUERRA, 1988; SAFFIOTI, 1997; NARVAZ, 2001; TELES, 2002; SCHMICKLER, 2006) aponta como principal alvo do abuso sexual crianças do sexo feminino e como principal abusador o

pai ou padrasto. De acordo com Saffioti (1997 e 2004), isso não quer dizer que os meninos não sofram violência, mas a ocorrência de denúncias de abuso sexual contra meninos é significativamente menor, o que pode significar, aparentemente, que eles a sofram em menor escala.

Embora não sejam objetos desta pesquisa, sabe-se que meninos vítimas de abuso sexual são, também, fortemente estigmatizados pela sociedade. Se o abusador é homem, o menino é ridicularizado, e paira sobre ele o rótulo da homossexualidade; se mulher, é visto como sedutor, “ganhão”. De qualquer forma recai sobre ele o olhar preconceituoso de grande parte de quem o cerca, o que certamente influencia na inibição da denúncia.

O abuso sexual envolve sempre diversas categorias passíveis de análise, que se apresentam, por exemplo, nas diferenças existentes entre as partes envolvidas que são extremamente relevantes: o gênero, a geração, a força física e o conhecimento sobre o caráter ilícito do ato, estão entre as diferenças mais importantes. Outrossim, estas mesmas diferenças, em nossa sociedade, revestem-se de todo o poder que cada qual emana: o poder do homem, do pai/padrasto, da força física e do conhecimento.

Em pesquisa realizada por Schmickler (2006), com abusadores sexuais homens, contra meninas, a autora revela o tratamento que é dado à questão pela família, onde se desenvolve um processo de negação do abuso e de proteção ao agressor, postura que favorece ao homem a perpetração das maiores violências às mulheres/crianças indicando ao fenômeno uma conotação de gênero.

Os estudos mostram que a violência contra a criança, especialmente a sexual, está realmente associada à relação de gênero (masculino/feminino), em que os padrões adultocêntrico e falocêntrico são os responsáveis pelo desrespeito a um ser ainda em formação que é tomado como objeto de prazer. A criança, em vez de ser respeitada é coisificada e tem negadas sua liberdade e dignidade. (SCHMICKLER, 2006, p. 36)

Segundo Schmickler (2006) a relação de gênero aparece, na medida em que o pai/homem submete a mãe/mulher durante toda a vida, fazendo com que ela não exerça seu papel protetor. Aparece também quando impõe à menina a vontade do homem/adulto, reproduzindo em todas as esferas as relações do

paradigma patriarcal. A autora descreve ainda como, através de “*rituais de entrada e saída*” o abusador, por um lapso de tempo, sai do papel de pai/padrasto, para assumir o papel de abusador sexual.

Por outro lado, segundo Araujo (2002), a dominação masculina e a submissão feminina, cristalizadas, naturalizam a produção e repetição de comportamentos abusivos por parte do homem detentor do poder. As próprias mulheres, ao se colocarem na condição de inferioridade, delegam poderes aos homens. E é nesse lugar que se reproduzem comportamentos abusivos. Denunciar esta trama de reprodução implica em questionar estes papéis, ou seja, desconstruir essa relação de poder desigual, que não é natural, mas sim construída socialmente, conforme apontam os estudos de gênero já referidos.

2.2. A responsabilização da menina – mais violência

O abuso sexual é uma prática amplamente reprovada na sociedade contemporânea, por isso é denominada como violência, desrespeito, coisificação, vilania, vergonha, agressão, crime. Embora a família, e a sociedade de modo geral, encontrem meios para negar os fatos abusivos, isto não significa que haja na negação algum grau de aprovação em relação ao abuso praticado. Pelo contrário, pode amplificar-lhes a gravidade, como algo que não pode se quer ser dito. Esta constatação amplia ainda mais a gravidade da responsabilização da menina pelo abuso sexual sofrido, pois se está imputando a ela a responsabilidade por algo que sequer os adultos são capazes de se responsabilizar.

Embora a responsabilização da menina pelo abuso sofrido seja um tema pouco estudado ou aprofundado no meio acadêmico, encontramos em pesquisas já realizadas, indicativos de que ela de fato ocorra, e de que no meio científico já fora alvo de importantes análises e muitas controvérsias, que se estendem aos espaços de atendimento e escuta às vítimas.

Entendemos que compreender os preceitos da prática profissional é de suma importância pois, embora os fundamentos teóricos não sejam

apreendidos pelos familiares, no atendimento, estes fundamentos implicam na abordagem da questão colocada, contribuindo para o seu enfrentamento ou acomodação.

Em se tratando de abuso sexual Freud, indiscutivelmente, traz fundamentos importantes para sua análise. O aprofundamento dos preceitos da Psicanálise de Freud não é o escopo deste trabalho, no entanto, algumas aproximações se fazem importantes para o estudo do fenômeno da responsabilização da menina pelo abuso, especialmente nas abordagens profissionais, onde os postulados de Freud tem espaço profícuo.

Freud, em sua *teoria da sedução*¹⁶ (1895/1897) elaborada a partir do atendimento a pessoas as quais atribuíra neuroses do tipo histérica¹⁷ e obsessiva¹⁸, advoga serem estas neuroses resultantes de lembranças de experiência de sedução sexual vivida na infância, comandada por pessoa adulta. Ao mesmo tempo postula a sua descoberta a explicação para a frequência consideravelmente maior de histeria em pacientes do sexo feminino.

Em todos los casos de histeria por mi analizados (entre ellos dos de histeria masculina) he hallado cumplida esta condición específica de la histeria – a passividade sexual em tiempos pré-sexuais – condición que, as mas de disminuir considerablemente la significación etiológica de la disposición hereditaria, explica la frecuencia infinitamente maior de la histeria em el sexo feminino, el cual ofrece durante la infancia mayores atractivos a la agresión sexual. (FREUD, 1892/1899, em Obras Completas 1967, p.220)

Posteriormente, no entanto, refuta a própria teoria e passa a atribuir estas lembranças às fantasias sexuais de suas pacientes. Estas fantasias

¹⁶ Sobre a Teoria da Sedução, ler a obra “A Etiologia da Histeria” escrita por Sigmund Freud, entre 1895 e 1897.

¹⁷ Num primeiro momento, a histeria foi concebida por Freud (1895/1897) como resultando de uma experiência sexual passiva, traumática, marca de um “corpo estranho” no sujeito. Posteriormente postulou em sua teoria que essa neurose era causada por emoções e lembranças reprimidas, de grande intensidade emocional.

¹⁸ Na neurose obsessiva a experiência primária foi de prazer, segundo Freud (1895/1897). Quando esta experiência é relembra posteriormente, ela dá origem ao surgimento do desprazer e em geral emerge numa auto censura que é consciente. Nestas condições inicia-se a repressão tanto da lembrança sexual como da autocensura.

estariam relacionadas a uma fase do desenvolvimento da sexualidade infantil que se caracteriza por uma ligação ao progenitor do sexo oposto (FREUD, 1905). Esta teoria foi denominada *Complexo de Édipo*.

Entre as tendências infantis o primeiro lugar é ocupado com frequência uniforme pelos impulsos sexuais da criança em relação aos pais, que, via de regra, já são diferenciados devido a atração pelo sexo oposto – o filho se sente atraído pela mãe e a filha pelo pai. (FREUD, 1905, em *Tres Ensaio sobre a Sexualidade*, 1973, p. 123)

O abandono da teoria da sedução gerou acalorados debates entre seguidores e críticos de Freud, não só em seu tempo como ainda na atualidade. Entre os freudianos, segundo Roudinesco & Plon (1998, p.697) apontaram três tendências: a primeira representada pelos ortodoxos, nega a existência de seduições reais e, desta forma leva o psicanalista a abordar toda revelação de abuso sexual como fantasiosa; a segunda representada pelos adeptos do biologismo e das teorias “fliessianas”¹⁹, nega a existência da fantasia e, portanto, aborda toda revelação de abuso sexual como fruto de uma agressão sexual real; e a terceira tendência aceita simultaneamente a existência de histeria decorrente da fantasia, ou a de base real, levando em conta, inclusive, a possibilidade de superposição das duas ordens de realidade.

Jeffrey Moussaieff Masson lança, em 1984, resultado de uma pesquisa feita durante o período em que fora Diretor de Projetos dos Arquivos de Freud. A pesquisa aponta, segundo Masson, evidências de que a teoria da sedução fora abandonada por Freud, não devido a uma nova descoberta científica, mas devido à falta de coragem em dar crédito às suas pacientes, diante das reações de reprovação e relutância que Freud recebera de psiquiatras e psicanalistas na época.

Quando Freud anunciou suas novas descobertas no discurso de 1896 sobre a etiologia da histeria, não encontrou qualquer refutação fundamentada, qualquer discussão científica, mas apenas repulsa e reprovação. A idéia de violência sexual na família tinha tal carga emocional que a única reação que encontrou foi a aversão irracional. Enfrentando a hostilidade de seus colegas às suas descobertas, Freud sacrificou seu maior

¹⁹ Wilhelm Fliess foi médico alemão e amigo de Freud, com que manteve assídua correspondência entre 1887 e 1902.

insight. Quando Ferenczi, uma geração depois, foi levado por seus pacientes a mesma descoberta, encontrou reação semelhante (MASSON, 1984, p. 179)

Para além de levar muitos psicanalistas a por em dúvida o discurso da criança vítima de abuso, esta perspectiva, ao dar um papel de destaque aos desejos precoces, bem como ao fato de postular a existência de fantasias incestuosas da criança, alimenta potencialmente o discurso de que são as crianças que seduzem o abusador.

Tratar de abuso sexual na infância gera angústia, e a nosso ver a teoria acabou por favorecer uma determinada escuta, que se mostrava mais “confortável”, não só para o homem abusador, como para toda a família, o analista, os profissionais dos programas de atendimento. Ferenczi (1933) corajosamente irá contrapor-se a esta interpretação, mas por muito tempo poucas referências serão feitas a seu artigo.

Ferenczi não desconsiderou a importância do papel das fantasias sexuais, porém afirma que a aproximação da criança se dá através de uma linguagem que ele denomina de “linguagem da ternura” que é interpretada equivocadamente pelo adulto, que responde com a “linguagem da sedução”²⁰. Desta forma recupera, em desacordo com Freud e outros analistas da época, a base real dos eventos abusivos que resultam em trauma²¹ (FERENCZI, *apud* NARVAZ, 2007).

Saffioti (2004) se refere ao impacto que as proposições de Freud podem ter causado no trabalho de muitos terapeutas, que receberam as revelações de suas pacientes mulheres referindo abuso sexual, como fantasias. Em pesquisa realizada entre 1988 e 1992 a autora revela não ter encontrado um só caso em que os profissionais que fizeram o atendimento tenham diagnosticado

²⁰ Para Ferenczi (*apud* NARVAZ, 2001), a criança aproxima-se de seu progenitor com uma linguagem de carinho, buscando afeto e aceitação. O adulto, por sua vez, retribui com uma linguagem sexualizada, a qual a criança não tem instrumentos que a possibilitem interpretar adequadamente. O conflito de linguagens é potencializado por dar-se com pessoa que goza da confiança da criança.

²¹ O trauma, para Ferenczi (*apud* NARVAZ, 2001), é caracterizado pelo choque inesperado provindo de uma experiência real, violenta, em virtude da incompreensão devida à confusão de linguagem entre adulto e a criança.

“fantasia” nos abusos cometidos por pais. Segundo a autora a criança pode, e eventualmente o faz, acrescentar dados ao sucedido, mas sua base é real, isto é, a criança foi, de fato, abusada por seu pai.

Ainda na mesma pesquisa a autora encontrou mães que tentam *culpabilizar* as filhas, pois, a seu ver, as meninas seduziram seus pais que, por conseqüência, são aliviados de responsabilidade. Pode, portanto, em decorrência, surgir o conflito entre mãe e filha provocando até mesmo a ruptura da relação (SAFFIOTI, 2004). Outrossim, a autora se refere ao sentimento de culpa²² desenvolvido por meninas vítimas de abuso sexual, inferindo a abordagem – sedutora ou ameaçadora – como determinante deste sentimento.

Embora os rituais pelos quais o abuso tenha sido introduzido possam ser definitivos para desenvolver nas vítimas o sentimento de culpa, Schmickler (2006) encontrou evidências de que a abordagem sedutora ou ameaçadora por parte dos abusadores não possui relação com a classe social a qual pertencem: os abusadores participantes de sua pesquisa pertenciam às classes populares e apresentavam abordagem sedutora em relação as suas vítimas, refutando a idéia de que abusadores pobres são violentos.

Segundo Araujo (2002) para as mães, negar o abuso, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal.

Na verdade esta negação representa de forma extrema a submissão e subordinação na qual se encontram estas mães, e não necessariamente as faz cúmplices conscientes da violência sofrida pelas filhas. A menina, por outro lado, possui menos instrumentos para devolver à dinâmica familiar a responsabilidade e os rebatimentos da situação abusiva.

²² O sentimento de culpa, em psicanálise, pode designar um estado afetivo a um ato que o indivíduo considera repreensível, e a razão invocada pode ser mais ou menos apropriada. Pode designar ainda um sentimento difuso de indignidade pessoal sem relação com um ato determinado de que o indivíduo se acuse. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1988)

Evidências semelhantes encontrou Schmickler (2006) em pesquisa realizada com abusadores sexuais:

O fato de ter centrado meu foco de atenção nos pais e padrastos que abusaram possibilitou-me entender melhor a complexidade de uma família incestuosa, lugar de contradições, de ambivalências e de jogos. E, ainda, perceber como estes personagens constroem e articulam uma lógica de negação perversa para minimizar seus atos, até para se mostrarem inocentes enquanto culpabilizam as mães e, inclusive, as crianças. (SCHMICKLER, 2006, p. 251)

Como já foi dito, grande parte dos abusos ocorre sem o uso da violência física. É aplicado um longo e complexo ritual de sedução, que em nossa sociedade é “coisa de adulto”, que ocorre entre um homem e uma mulher. Desta forma o agressor sente-se autorizado a afirmar que a menina não é vítima, posto que muitas vezes é colocada no papel de quem seduz, ou, no mínimo, é conivente e participante ativa. Nos casos evidenciados pelas pesquisas citadas, raramente o abusador utiliza violência física.

A criança/adolescente, muitas vezes, passa a apresentar um comportamento sedutor, aos olhos do adulto. Porém, segundo Furniss, o estereótipo da criança que seduz e aprecia o abuso tem pouca relação com o que se apresenta de fato. Ao mesmo tempo, a interpretação de que o comportamento da criança é sexualizado, não justifica a agressão:

Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta à necessidade da criança de cuidado emocional. (FURNISS, 1993, p. 21)

Corroborando esta idéia, Narvaz (2007) afirma que mesmo diante de um comportamento que aos olhos do adulto pareça sedutor, que pode representar a busca pelo reconhecimento da sua feminilidade, é ao adulto que cabe apontar os limites adequados da experiência erótica.

Furniss (1993) identifica nos abusos sexuais repetitivos uma dinâmica que gera um “enfeitiçamento” que mantêm a vítima como se estivesse envolvida numa armadilha da qual não pode e nem sabe como se livrar. Esse processo de aprisionamento é construído através de uma trama emocional contraditória de amor/ódio, sedução/ameaça, o que faz com que a vítima,

aterrorizada, permaneça incapaz de reagir. Essa trama se mantém e se solidifica através de rituais, do silêncio, da chantagem e de formas de comunicação com mensagens muito sutis.

Por outro lado, em muitos casos a criança leva anos até identificar a prática abusiva como tal. Quando muito pequena a criança é facilmente convencida de que está sendo alvo de demonstrações de amor e carinho, o que pode produzir uma relação de cumplicidade entre a vítima e o abusador, só vindo a criança a duvidar desta crença com o passar dos anos, quando começa a observar que o ato é feito às escondidas e que há constantes recomendações por sigilo vindas do agressor; recomendações estas que podem se transformar em ameaças ou agressões físicas.

Nestes casos a constatação de que a prática da qual é alvo é “errada” provoca muita angústia, sentimento de culpa e medo na vítima, o que dificulta consideravelmente a revelação do abuso.

Para Schmickler (2006) o abuso sexual, geralmente é caracterizado por um longo processo de sedução que não está, necessariamente, associado à violência física ou a ameaças claras. Os gestos abusivos podem vir misturados a gestos afetivos que confundem a vítima, e permitem ao agressor cometer abusos cada vez mais violentos. Desta forma a menina pode ser envolvida numa trama sutil que a convence de que ela é capaz de iniciativas de uma mulher adulta e, portanto culpada pela situação. Estes argumentos por vezes confundem até os adultos com olhar desprovido de maiores conhecimentos sobre o fenômeno.

Os abusadores também responsabilizam as mulheres, por não cumprirem seus papéis de esposas. Mais uma vez evidencia-se o componente gênero nas suas ações. Segundo Schmickler (2006) o abusador praticamente não desenvolve sentimento de culpa pelos atos praticados, uma vez que atribuem a responsabilidade a outrem, ou seja, a mulher/mãe ou a própria vítima.

A menina, por outro lado, parecendo saber dos riscos que corre ao denunciar o abuso, reluta em denunciar o agressor, pois teme ser

desacreditada, insultada, punida ou até afastada de casa sob a acusação de destruir a harmonia e a unidade familiar, o que de fato, muitas vezes acontece (ARAUJO, 2002).

Fica latente a marca da violência de gênero no processo de responsabilização da menina pelo abuso sofrido, e a lealdade ao ideário patriarcal no qual a dominação cabe ao membro do sexo masculino, mantendo os membros familiares do sexo feminino numa posição de subalternidade e submissão.

CAPÍTULO III

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE VISIBILIDADE

*E se você puder me olhar*²³

3.1. Procedimentos Metodológicos

A metodologia de uma pesquisa refere-se, especialmente, ao conjunto de procedimentos utilizados para o desenvolvimento da mesma, bem como o tratamento teórico que é dado às informações aferidas pelos instrumentais utilizados.

A presente pesquisa, quanto à natureza, é do tipo exploratória, e sua abordagem de análise é qualitativa.

Caracteriza-se como exploratória, pois o tema da responsabilização da menina vítima de abuso sexual, numa perspectiva de gênero, é pouco pesquisado até o momento, sendo difícil formular afirmativas precisas sobre o mesmo. Segundo Gil (1999, p. 43) a pesquisa exploratória “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Para Silva (2001, p. 21) “a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

A pesquisa de abordagem qualitativa, por sua vez, segundo Silva (2001)

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real o sujeito, isto é, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O processo e seus significados são os focos principais da abordagem. (SILVA, 2001, p. 20)

²³ Verso da música “Os cegos do castelo” de Nando Reis (1997)

A investigação qualitativa, segundo Minayo (1993), trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões desenvolvidas no processo constitutivo da história dos participantes e adéqua-se no aprofundamento de fatos e processos particulares e específicos, a indivíduos e grupos. “O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (MINAYO, 1993, p. 245). A abordagem qualitativa é empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade, como este que aqui se apresenta.

É importante ainda, reconhecer a presença da marca do autor em todo trabalho científico, o que demonstra que não existe a propalada neutralidade científica, contudo é fundamental, como nos aponta Gonçalves & Lisboa (2007), “que o pesquisador consiga estabelecer a necessária distância científica com o objeto pesquisado, no sentido de exercer o maior controle possível sobre os fatores que se contrapõem à busca da objetividade”.

Através de entrevistas, a presente pesquisa privilegia a análise dos relatos de educadores e técnicos de Programas Oficiais de Proteção à Criança e ao Adolescente de Blumenau. Analisa ainda, tendo como porta vozes os mesmos profissionais, os discursos dos familiares (pais, mães e crianças/adolescentes), dados estes de difícil quantificação.

Os principais instrumentos investigativos deste trabalho foram a pesquisa bibliográfica e entrevistas não-estruturadas:

a) Pesquisa em fontes teórico/bibliográficas

A pesquisa em fontes bibliográficas teve como palco livros, artigos em periódicos, impressos ou *on-line*, de autores reconhecidos e recomendados pelo meio científico. Cumpre a função de apontar elementos que contribuam para o entendimento do abuso sexual como violência de gênero e as refrações desta violência no desempenho dos papéis de gênero culturalmente

constituídos, que se projetam na perpetuação do fenômeno, especialmente contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Na pesquisa bibliográfica se buscou compreender as visões dos autores especializados no que se refere ao fenômeno do abuso sexual que contemple a perspectiva de gênero, com especial atenção às pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, dentre elas Araújo (1999), Saffioti (1997 e 2004), Schmickler (2006) e Teles (2002).

Importante destacar que na pesquisa bibliográfica foram preservados pontos divergentes entre os autores pesquisados, apresentando seus contrapontos considerados imprescindíveis numa pesquisa exploratória, para o fomento do debate em um tema onde não é possível apontar verdades absolutas e definitivas.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em instrumento imprescindível para a análise das entrevistas, a partir de categorias já identificadas e aprofundadas no meio científico, a saber: violência contra a mulher, violência de gênero, abuso sexual, e outras, inibindo análises precipitadas e conclusões infundadas.

b) Entrevistas não-estruturadas com educadores e técnicos de programas de proteção:

Segundo Selltiz et al. (1967, 273 *apud* GIL, 1999, p. 117) “a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.”

A proposta inicial para a coleta de dados incluía a análise, além das entrevistas, dos registros documentais relativos aos atendimentos a crianças e adolescentes do sexo feminino, durante o ano referência 2006, vítimas de violência sexual intrafamiliar, para a qual fora solicitado autorização²⁴ junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente de

²⁴ Anexo I

Blumenau. Foi concedida autorização²⁵ somente para a realização das entrevistas.

A resposta negativa quanto à análise dos registros documentais, frustrando as expectativas e possibilidades analíticas da pesquisadora e da própria Universidade, configurou-se no primeiro desafio metodológico ao alcance dos objetivos da pesquisa. Compreendemos os registros documentais como uma fonte privilegiada para fornecer elementos que possibilitem a descrição detalhada da família em situação de abuso, as condições nas quais o abuso fora praticado, os procedimentos advindos da denúncia do abuso, o tempo disponibilizado ao atendimento, entre outros.

Decidiu-se, entretanto, juntamente com a orientadora da pesquisa, adotar as entrevistas como única fonte de dados e informações, entendendo que, embora a negativa de acesso aos registros documentais represente um limite à profundidade da abordagem do tema, não representa a inviabilidade do trabalho.

Ao iniciar os preparativos para a abordagem dos participantes fora encaminhado à administração da SEMASCRI o projeto de pesquisa detalhando objetivos, fundamentação e procedimentos metodológicos, bem como o termo de consentimento e o roteiro para as entrevistas.

A entrevista foi aplicada a educadoras (es) e técnicas(os) de dois programas de proteção a crianças e adolescentes, que trabalham com vítimas de violência sexual: o Abrigo Nossa Casa e o Programa SENTINELA, na cidade de Blumenau.

O Programa Abrigo Nossa Casa atende Crianças e Adolescentes cujos direitos estão violados, com medida de abrigamento aplicada pelo Conselho Tutelar e/ou Juizado da Infância e Adolescência. Do Programa Abrigo Nossa Casa, serão abordados 19 profissionais sendo: 14 Educadores (as) Sociais, 01 Assistente Social, 02 Psicólogas, 01 Orientadora Educacional e 01 Coordenadora (Pedagoga), sendo este o quadro de educadores e equipe

²⁵ Anexo II

técnica do programa. (Plano Plurianual de Assistência Social de Blumenau – 2006/2009)

O Programa SENTINELA atende Crianças e Adolescentes vítimas de violência física e sexual, com medida de proteção, encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Adolescência. Este Programa conta com uma equipe técnica formada por 08 profissionais sendo: 03 Assistentes Sociais, 04 Psicólogos e 01 Coordenadora (Pedagoga), que efetivamente serão abordados para a pesquisa. (Plano Plurianual de Assistência Social de Blumenau – 2006/2009)

O contato com os/as participantes das entrevistas foi feito de acordo com os princípios éticos definidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humano da Universidade Federal de Santa Catarina e pelo Código de Ética do Serviço Social. Somente participaram das entrevistas os profissionais que aderiram à pesquisa espontaneamente.

O universo da pesquisa para o procedimento das entrevistas se configura, portanto, pelas (os) 27 profissionais que compõem o quadro de educadores e técnicos dos programas de proteção participantes da pesquisa, em 2007.

O primeiro passo para definir a amostragem das entrevistas foi a apresentação do projeto de pesquisa, em linhas gerais, para as (os) profissionais potencialmente participantes. Foi fornecido a cada profissional o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²⁶, bem como uma cópia do Roteiro para a Entrevista²⁷.

Após a tomada de conhecimento sobre a pesquisa por parte das (os) profissionais, o contato para a entrevista propriamente dita ficou condicionada à manifestação positiva da (o) participante potencial.

A amostragem foi intencional, o que segundo classificação de Gil (1999), configura-se em selecionar um subgrupo por tipicidade ou semelhança

²⁶ Anexo III

²⁷ Anexo IV

que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de todo o universo da pesquisa. Para tanto, dentre os profissionais que aderiram à proposta, foram considerados como critérios de amostragem:

- 1) O contato direto com as vítimas de abuso sexual, através de sua atuação profissional.
- 2) Que atendam casos de vítimas femininas de abusador masculino.
- 3) Que nos atendimentos tenham identificado meninas vítimas de abuso sexual, responsabilizadas pelo abuso sofrido.
- 4) Mínimo de um ano de experiência profissional com vítimas de abuso sexual.

Devido à complexidade e o tabu que cerca o tema, acreditava-se que a adesão às entrevistas seria muito reduzida. Porém foi surpreendente o número de pessoas que se dispôs a participar. Das (os) 27 profissionais, 22 demonstraram interesse em participar das entrevistas, configurando a amostra potencial da pesquisa, das quais foram realizadas 15 entrevistas, que representam a amostra da pesquisa, efetivamente. Para chegarmos aos sujeitos da pesquisa, ou seja, as (os) 15 entrevistadas (os), avaliamos a adequação das (os) 22 “candidatas (os)” aos critérios de amostragem. Embora não sem desconforto, em algumas entrevistas, pode-se perceber uma grande “vontade” de falar sobre o assunto.

Todas as entrevistas realizadas foram analisadas para o trabalho final, por adequarem-se aos critérios de amostragem, sendo que a amostra ficou configurada pela participação de 13 profissionais do Programa Abrigo Nossa Casa, dos quais 02 são Assistentes Sociais, 02 psicólogas, 02 pedagogas e 07 educadoras; e 02 do Programa SENTINELA, sendo 01 psicólogo e 01 Assistente Social.

Tomamos por base a totalidade das entrevistas para fazer generalizações que venham a confirmar ou refutar os pressupostos iniciais da pesquisa, contudo, devido ao grande número de entrevistas, a complexidade de seu conteúdo e a saturação que, segundo Gonçalves e Lisboa (2007) indica

o esgotamento da amostra pela incapacidade de acrescentar informações relevantes à pesquisa, optamos por selecionar dentre a totalidade, 08 entrevistas que fossem representativas das demais, para ilustrar através de seus depoimentos, o pensamento de todo o grupo participante. Para a seleção deste subgrupo, além de preservar a representação das demais entrevistas, optamos por aquelas cujos depoimentos fossem mais claros em sua exposição e com maior riqueza de informações.

Por se tratar de entrevista não-estruturada, também conhecida como despadronizada, questões não previstas no roteiro inicial foram incluídas no decorrer da entrevista, o que se apresentou como uma forma privilegiada de deixar emergir as subjetividades no que se refere ao tema em tela.

O roteiro da entrevista é constituído por questões de identificação, que atendem ao objetivo de coletar dados que identifiquem a instituição, o programa e o entrevistado; e por questões relativas ao tema da pesquisa, que objetivam identificar o conhecimento dos entrevistados acerca do tema e suas opiniões construídas a partir de sua experiência profissional, sobre o mesmo.

As entrevistas, segundo Minayo (1993) não servem à pretensão de construir conceitos ou generalizações sobre o fenômeno, mas indicam uma pluralidade de conhecimentos constituídos nas experiências de vida e convivência de cada participante, submetendo o trabalho científico a diferentes possibilidades de análise sobre o objeto de estudo.

Os encontros para as entrevistas foram realizados na casa da (o) entrevistada (o) ou no seu local de trabalho, a critério da(o) participante. Todas as entrevistas foram gravadas, com o conhecimento e consentimento das (os) participantes, e transcritas integralmente para a análise.

As entrevistas realizadas foram transcritas integralmente para assegurar a fidedignidade do que fora dito pela (o) entrevistada (o). Algumas falas ficaram inaudíveis, devido à voz baixa da (o) entrevistada (o), à distância do equipamento de gravação ou a barulhos concorrentes durante a entrevista. Neste caso fora utilizado um ponto de interrogação entre parênteses ((?)) para sinalizar palavras inaudíveis. Para sinalizar pausas longas na fala foram

utilizadas reticências (...) e para omissões na apresentação do depoimento para a dissertação foram utilizadas reticências entre colchetes ([...]).

A transcrição das entrevistas apresentou-se como um espaço privilegiado de escuta. Embora todas as entrevistas tenham sido feitas pessoalmente pela pesquisadora, as transcrições possibilitaram uma nova visita à fala, uma nova oportunidade de perceber, além do que fora dito, como fora dito, qual entonação de voz, qual pausa, quanta veemência ou apatia o tema suscitara.

No momento da transcrição ficou evidente, mais uma vez, a necessidade de falar sobre o abuso sexual, a falta de atenção que é dispensada à questão: a criança vítima, à família enredada, geralmente também vítima, às(os) profissionais do atendimento, geralmente abandonados as próprias elaborações.

A todas (os) as (os) participantes e pessoas citadas nas entrevistas fora atribuída uma identificação numérica, a fim de evitar qualquer relação que possibilite seu reconhecimento ou das pessoas envolvidas em seus atendimentos e eventualmente em sua entrevista. Não foi feita referência à função, formação e/ou sexo da (o) entrevistada (o) nos trechos dos respectivos depoimentos apresentados na dissertação, pois isto facilitaria a sua identificação.

À instituição participante, ou seja, a Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, será apresentado, a critério da mesma, o resultado da presente pesquisa através de apresentação oral pela pesquisadora aos profissionais participantes, bem como será disponibilizado total acesso ao trabalho impresso.

Por fim foi feita, a partir da organização e análise das informações e dados coletados, a interpretação dos mesmos, à luz do referencial teórico utilizado para a presente pesquisa, elegendo como categorias centrais: **relações de gênero** na dinâmica familiar, abuso sexual como **violência de gênero**, **responsabilização** da menina e o exercício da **função protetiva**.

A metodologia empregada para a interpretação analítica das entrevistas foi a análise de conteúdo que hoje é cada vez mais empregada para análise de material qualitativo obtido através de entrevistas. Minayo (2002) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar pressupostos e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto, tendo como ponto de partida o que fora dito ou escrito, de forma explícita ou latente.

A análise dos conteúdos obtidos foi conduzida por uma perspectiva que privilegia seu recorte interpretativo em detrimento de análises estatísticas, enquadrando-se adequadamente a esta pesquisa permitindo identificar o que pensam, sabem, que manifestações ouviram de familiares e crianças/adolescentes e que impressões elaboraram os profissionais dos programas de proteção envolvidos como participantes da pesquisa, sobre o tema em estudo.

Por meio desta análise, a presente pesquisa buscou alcançar os objetivos propostos e assim responder à questão problematizadora, inferindo em que medida as relações de gênero desenvolvidas nas famílias onde ocorre abuso sexual, contribuem para a (re)vitimização de meninas que sofrem abuso sexual, através de sua responsabilização.

3.2. Na voz de porta vozes

3.2.1. Perfil dos porta-vozes

Neste item será feita uma breve descrição do perfil das (os) participantes das entrevistas, para que possamos conhecer as principais características do grupo de profissionais que se dispôs a falar sobre o tema. Destacamos, no entanto, que os aspectos apresentados são os que foram captados por meio do instrumental de coleta e, conseqüentemente, informações importantes podem ter ficado desconhecidas devido à limitação do instrumental e do tempo para a

realização das entrevistas, tornando difícil apresentar um perfil totalmente preciso das (os) participantes.

Há um consenso entre as (os) profissionais participantes, de que a abordagem à vítima de abuso sexual é um trabalho extremamente delicado, por envolver sentimentos de medo, vergonha, culpa e, muitas vezes, uma grande confusão em torno do significado dos acontecimentos. Acrescente-se a estes fatores a falta de empatia e vínculo das vítimas e familiares com os profissionais de atendimento.

Em decorrência a esta dificuldade na abordagem, existe uma expectativa de que a seleção da equipe de trabalho deve obedecer a critérios especiais. Evidentemente a seleção dos profissionais deve ser criteriosa e fundamentada nas especificidades que caracterizam o fenômeno. Todavia não podemos nos distanciar do fato de que todos nós somos forjados no mesmo contexto sócio-histórico-cultural em que fora gerada a violência ora em pauta e que, portanto, esta equipe profissional está sujeita aos fracassos que repetidamente experimentamos no seu enfrentamento.

Dentre as informações coletadas consideramos importante apresentar as que se referem à idade e sexo das (os) profissionais, função que exerce no programa, tempo de trabalho em programas de proteção a crianças e adolescentes, formação acadêmica e formação complementar considerada relevante ao desempenho da função. Estes mesmos critérios foram apontados nos depoimentos como determinantes à efetividade do trabalho, com uma certa ênfase à formação acadêmica entre os técnicos, e na experiência profissional entre os educadores.

Tabela 1 - Idade e sexo das (os) participantes:

Participante	Idade	Sexo
Entrevista 1#	33 anos	Feminino
Entrevista 2	28 anos	Feminino
Entrevista 3	34 anos	Feminino
Entrevista 4	32 anos	Feminino

Entrevista 5	42 anos	Feminino
Entrevista 6	40 anos	Feminino
Entrevista 7	28 anos	Feminino
Entrevista 8	44 anos	Masculino
Entrevista 9	56 anos	Feminino
Entrevista 10	54 anos	Feminino
Entrevista 11	29 anos	Feminino
Entrevista 12	27 anos	Feminino
Entrevista 13	39 anos	Feminino
Entrevista 14	54 anos	Feminino
Entrevista 15	42 anos	Feminino

Fonte: dados coletados nas entrevistas.

#A numeração utilizada nas tabelas cumpre a função de quantificar o nº de entrevistas. Não corresponde, contudo, à numeração utilizada nas análises, para preservar a identidade dos participantes.

Podemos observar na tabela 1 que, das (os) 15 profissionais participantes nas entrevistas 14 são do sexo feminino e apenas 01 do sexo masculino. Embora estes sejam os dados referentes à amostra participante, o contato que tivemos com os programas e seus profissionais nos permite afirmar que esta proporção se repete se considerarmos o universo inicial da pesquisa, ou seja, 27 pessoas. Do universo inicial da pesquisa 24 profissionais são do sexo feminino e 03 do sexo masculino.

A verificação da distribuição do sexo das (os) profissionais dos programas de proteção que atuam com vítimas de abuso sexual em Blumenau, nos permite afirmar que este trabalho é proeminentemente feminino, quer seja suas funções são ocupadas predominantemente por mulheres.

Esta composição pode decorrer de diversos fatores: a) as funções relacionadas a crianças e adolescentes, especialmente quando têm o caráter de educação, cuidado e proteção, são geralmente atribuídas às mulheres, que por sua vez, assumem estas funções retribuindo a uma expectativa socialmente construída; b) os homens sentem-se pouco atraídos e/ou pouco confortáveis para o exercício de funções consideradas femininas; c) há resistência em contratar homens para exercer funções que atuam predominantemente com meninas vítimas de violência sexual perpetrada por

homens; d) há resistência da vítima em aderir ao atendimento quando este for protagonizado por um homem. Todas estas questões estão intrinsecamente relacionadas às relações de gênero que culturalmente desenvolvemos em nossa sociedade.

No que se refere à idade das (os) entrevistadas (os) verificamos que se tratam, em sua maioria (na proporção de 53%) de pessoas com mais de 40 anos. Nesta configuração também podemos apontar alguns indicativos: a) pessoas com mais idade teriam mais “experiência de vida” para o trabalho com crianças e adolescentes em situação abusiva; b) inspiram mais segurança no que se refere aos possíveis encaminhamentos decorrentes das situações encontradas; c) pessoas menos jovens teriam maior identificação com o trabalho em questões que envolvem conflitos familiares.

Tabela 2 – Função e tempo de trabalho em programa de proteção, das (os) participantes:

Participante	Função	Tempo de Trabalho
Entrevista 6#	Assistente Social	01 ano e 06 meses
Entrevista 7	Assistente Social	01 ano
Entrevista 8	Educadora (o)	06 anos e 06 meses
Entrevista 9	Educadora (o)	07 anos e 06 meses
Entrevista 10	Coordenadora (o)	03 anos
Entrevista 11	Orientadora Educacional	(o) 03 anos
Entrevista 12	Psicóloga (o)	01 ano
Entrevista 13	Psicóloga (o)	01 ano e 04 meses
Entrevista 14	Educadora (o)	01 ano
Entrevista 15	Educadora (o)	01 ano e 09 meses
Entrevista 1	Educadora (o)	04 anos
Entrevista 2	Educadora (o)	04 anos
Entrevista 3	Educadora (o)	07 anos e 06 meses
Entrevista 4	Educadora (o)	01 ano e 06 meses
Entrevista 5	Psicóloga (o)	02 anos

Fonte: dados coletados nas entrevistas.

#A numeração utilizada nas tabelas cumpre a função de quantificar o nº de entrevistas. Não corresponde, contudo, à numeração utilizada nas análises, para preservar a identidade dos participantes.

Na tabela 2 observamos o perfil das (os) participantes das entrevistas no que se refere à função que desempenham nos programas e o tempo de trabalho que dedicaram, até o presente, a programas de proteção à criança e ao adolescente. Neste item foram considerados não somente o tempo no programa atual, necessariamente, porém se houvera outra experiência profissional em programas de proteção desta natureza.

No tocante à função que desempenham no programa, contamos com a participação de 08 educadoras (es), 03 psicólogas (os), 02 pedagogas (os) e 02 assistentes sociais. Destes, 01 Assistente Social e 01 Psicóloga (o) do programa SENTINELA e 01 Assistente Social, 02 pedagogas, 02 Psicólogas (os) e 08 educadoras (es) do Abrigo Nossa Casa. Toda equipe técnica do programa Abrigo Nossa Casa é participante da pesquisa.

Destacamos, contudo, que todas (os) as (os) educadoras (es) abordados para participar das entrevistas, que configuram o universo da pesquisa, atuam no programa Abrigo Nossa Casa, o que se deve basicamente, ao tipo de trabalho desenvolvido e à metodologia empregada em cada programa:

a) O Abrigo Nossa Casa é um programa de proteção a crianças e adolescentes cujos direitos encontram-se violados ou gravemente ameaçados, com medida de abrigamento aplicada pelo Juizado da Infância e Adolescência e/ou pelo Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90. Por tratar-se de medida que afasta as crianças/adolescentes do lar, o Abrigo passa a ser a moradia provisória destas crianças/adolescentes, o que exige do programa o funcionamento por 24 horas diárias e ininterruptas, em sua maior parte efetivado pelas (os) educadoras (es). À equipe técnica composta por profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, neste programa, cabem as atividades relacionadas ao estudo psicossocial da família, acompanhamento psico/sócio/pedagógico, encaminhamentos à rede sócio-assistencial e reinserção familiar.

O Plano Plurianual de Assistência Social de Blumenau para os anos 2006 a 2009 indica como objetivos do programa Abrigo Nossa Casa: a) o atendimento a crianças e adolescentes que receberam medida de proteção de abrigo em entidade oficial; b) a execução da Medida de Proteção de Abrigamento visando o alcance do desabrigamento das crianças e adolescentes para reinserção na família biológica ou para encaminhamento a famílias adotivas; e c) a proteção integral à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade e risco, assegurando espaços de referência para relações de afetividade e sociabilidade que garantam a convivência em grupo.

Entretanto, pelo número de profissionais de cada função, percebe-se maior atenção àquelas pertinentes aos cuidados básicos de sobrevivência das crianças e adolescentes como alimentação, higiene, convivência e escolarização, freqüentemente apontados pelas (os) educadoras (es), nas entrevistas, como sendo a composição de suas atribuições.

No que se refere às funções da equipe técnica do programa que, resumidamente, equivalem a proceder aos encaminhamentos necessários para restituir à criança/adolescente o direito de convivência familiar, as entrevistas apontam um número deficiente de profissionais para o exercício das mesmas, dada sua evidente complexidade. Este fator resulta num tempo de abrigamento maior do que o proposto pelo projeto do Programa, bem como compromete a provisoriedade da medida, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 101, Parágrafo Único²⁸.

b) O programa SENTINELA atende crianças e/ou adolescentes vítimas de violência física e sexual, bem como seus familiares. São realizados atendimentos mensais de forma individual, familiar, grupos de apoio psicossocial e através de visitas domiciliares. A equipe composta basicamente por profissionais técnicos da área de Serviço Social e Psicologia, é também responsável pela articulação com a rede socioassistencial.

²⁸ O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Lei nº 8.069, Artigo 101, Parágrafo Único)

Os objetivos do programa SENTINELA, segundo o Plano Plurianual de Assistência Social de Blumenau para os anos 2006 a 2009 são: a) Garantir o atendimento às crianças, adolescentes vítimas de violência física e sexual e seus familiares; b) Promover apoio e orientação às crianças, e adolescente e seus familiares, garantindo-lhe os direitos assegurados pelo E.C.A. e legislação pertinente; c) Acompanhar a criança, o adolescente e sua família, em Medida de Proteção promovendo o acompanhamento e orientação, desde a fase investigatória; d) Combater a violência física e sexual intra e extra-familiar; e e) Executar atendimento psicossocial especializado às vítimas e seus familiares.

Quanto a experiência profissional na área observamos, ainda na tabela 2, uma tendência à rotatividade relativamente frequente. Dentre as (os) 15 entrevistadas (os), 08 tem até 02 anos de experiência, o que é considerado pouco tempo para este tipo de atividade pelos próprios profissionais. Em contrapartida 03 profissionais tem 06 e 07 anos de trabalho, ou mais.

Merece nossa atenção as situações de angústia a que se expõe os profissionais destes programas no enfrentamento de situações de extrema complexidade, o que acaba por afastar muitos deles, que sentem-se despreparados e desamparados no exercício de suas funções. Consideramos importante o acúmulo de informações e conhecimento gerado pela experiência profissional, chamando a atenção, contudo, para o risco de acomodação, da perda da sensibilidade e da capacidade de indignação frente a casos graves como os que se apresentam a estes profissionais.

Tabela 3 – Formação acadêmica das (os) participantes:

Participante	Formação Acadêmica
Entrevista 15#	Graduação –Serviço Social
Entrevista 14	Especialização – Pol. Públ.
Entrevista 13	Ensino Médio - Magistério
Entrevista 12	Ensino Médio - Magistério
Entrevista 11	Graduação - Pedagogia
Entrevista 10	Especialização – Psicoped.

Entrevista 9	Graduação – Psicologia
Entrevista 8	Especialização – Viol. Inf.
Entrevista 7	Ensino Médio - Magistério
Entrevista 6	Ensino Médio - Magistério
Entrevista 5	Graduação - Pedagogia
Entrevista 4	Ensino Médio - Magistério
Entrevista 3	Licenciatura - Matemática
Entrevista 2	Ensino Médio - Magistério
Entrevista 1	Graduação - Psicologia

Fonte: dados coletados nas entrevistas.

#A numeração utilizada nas tabelas cumpre a função de quantificar o nº de entrevistas. Não corresponde, contudo, à numeração utilizada nas análises, para preservar a identidade dos participantes.

Como podemos observar na tabela 3, a menor titulação exigida para o trabalho nos programas de proteção, mais precisamente no Abrigo Nossa Casa, é o ensino médio, especificamente o Magistério. Muitos profissionais manifestaram-se espontaneamente afirmando que esta titulação é insuficiente para o exercício da função para a qual foram contratados. No entanto não há, na opinião dos mesmos, um curso de nível superior que supra as necessidades apresentadas por este público.

De modo geral pode-se observar que muitos profissionais têm formação acadêmica superior à exigida para o exercício da respectiva função, o que demonstra o interesse e a necessidade particular em buscar novos conhecimentos que subsidiem a atuação profissional.

Tabela 4 – Formação Complementar das (os) participantes:

Participante	Formação Complementar
Entrevista 15#	Semin. Violência Sexual/Fórum de Combate à Viol. Sexual.
Entrevista 1	Especificamente, nenhuma.
Entrevista 2	Adolescência/Desenvolvimento Infantil/Drogas.
Entrevista 3	Explor. Sexual/Relacion. da criança c/ sua família/Adol. Infratores.
Entrevista 4	Congressos/Seminários/Palestras.*
Entrevista 5	Curso do CECIF.**

Entrevista 6	Especificamente, nenhuma.
Entrevista 7	Especialização.***
Entrevista 8	Palestra sobre abuso sexual.
Entrevista 9	Curso do CECIF.
Entrevista 10	Especificamente, nenhuma.
Entrevista 11	Nenhuma.
Entrevista 12	Curso do CECIF.
Entrevista 13	Cursos de capacitação.*
Entrevista 14	Curso do CECIF/Palestra sobre abuso sexual.

Fonte: dados coletados nas entrevistas.

*Os temas dos trabalhos não foram especificados.

**Centro de Capacitação e Incentivo à Formação/São Paulo.

***Esta Especialização consta na tabela de Formação Acadêmica.

#A numeração utilizada nas tabelas cumpre a função de quantificar o nº de entrevistas. Não corresponde, contudo, à numeração utilizada nas análises, para preservar a identidade dos participantes.

O curso do CECIF²⁹ (Centro de Capacitação e Incentivo à Formação) foi citado em quatro dos quinze depoimentos. Este Centro de Formação trabalha especificamente com profissionais, voluntários e organizações que desenvolvem trabalho de apoio à convivência familiar. Além destes, outros depoimentos citaram formações específicas para o trabalho o qual desenvolvem ou formações genéricas. Há ainda há quatro depoimentos que não tiveram nenhum tipo de formação complementar.

Por se tratar de funções com alto nível de complexidade, a demanda por formações complementares específicas fez-se recorrente nos depoimentos das (os) profissionais. A ausência de uma proposta de formação permanente e continuada para profissionais dos programas de proteção a crianças e adolescentes, em Blumenau e região, é apontada como um dos fatores que dificultam a oferta de um trabalho mais qualificado.

Estes são, portanto, os profissionais, e respectivas condições de trabalho, que deram voz a partir da sua escuta, às meninas vítimas de abuso

²⁹ Em Blumenau o CECIF ofereceu em 2006, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, os cursos: O Trabalho com Famílias em Crise (básico) e O Trabalho no Abrigo.

sexual incestuoso e seus familiares, contribuindo ainda, com a sua experiência, observações, impressões e conhecimentos, para o desvelamento das relações de poder, manifestas ou ocultas, existentes no processo de responsabilização da menina pelo abuso sofrido.

3.2.2. Relações de gênero na dinâmica da família abusiva

As relações sociais e familiares desenvolvidas em famílias abusivas são, freqüentemente, descritas como patriarcais rígidas e onde se reproduz um padrão de comportamento violento e abusivo, de geração a geração, deixando as marcas e seqüelas da experiência abusiva visíveis no perfil das vítimas, bem como de toda a família. (AZEVEDO & GUERRA, 1984; SAFIOTTI, 1997; NARVAZ, 2001; SCHMICKLER, 2006). Este perfil de comportamento rígido em famílias abusivas se apresenta independente da conjuntura econômica, das qualificações específicas dos membros, das tipologias ou arranjos familiares.

Em pesquisa realizada por Schmickler (2006) com homens abusadores sexuais de filhas e enteadas, revelou-se o quanto a convivência com a situação abusiva contribuíra para a formação de uma identidade de gênero, tanto para os homens quanto para as mulheres da família. É evidente uma relação de dominação do gênero masculino que desqualifica e subalterniza a mulher e demais membros da família, reeditando o padrão patriarcal de organização familiar.

As relações de gênero apresentadas pelas vítimas aos profissionais do atendimento e a tradução destas, aos olhos dos profissionais dos programas de proteção participantes da pesquisa é o ponto de análise que apresentamos a seguir.

A dominação do homem e a subordinação da mulher

Se, com uma considerável freqüência, observamos a emancipação das mulheres a medida que alcançam novas possibilidades de ação na vida familiar, social e política, o mesmo não se repete nas relações de gênero da

família abusiva. De forma bastante acentuada, as relações de gênero na dinâmica da família abusiva, reproduzem relações de dominação e subordinação com uma evidente naturalização da subordinação das mulheres.

Nos relatos dos profissionais dos programas de proteção, aqui porta-vozes dos membros da família (pais, mães, filhos, primos, tios, avós) a função de chefiar a família é exercida pelo homem, com todas as responsabilidades e instrumentos que isto lhe proporciona. Como vimos nos depoimentos a seguir, os homens são vistos como os detentores do poder para o qual não encontram qualquer resistência aparente, e a violência física não causa nenhuma surpresa.

O homem é o que manda na família. Geralmente nessas famílias é assim. O que ele fala é lei na casa, ele é o poder lá dentro. Tem fechar a boca todo mundo. Esse é um motivo, eu acho, de que a mãe fica quieta. Geralmente ele é uma pessoa agressiva, e, também a mãe sofre com isso. É agressivo até fisicamente mesmo. (Entrevista 3)

Geralmente a mulher é submissa ao marido ou companheiro. O companheiro exerce mesmo uma função assim de superior, de como ele é, geralmente o responsável financeiramente... então ele que manda. (Entrevista 1)

A submissão feminina é tacitamente aceita pelos membros da família, acompanhada de uma dependência material na qual parece não haver possibilidade de mudança. As relações que se desenvolvem na família abusiva envolvem todos os membros numa redoma da qual, aparentemente, é quase impossível sair.

[...] a gente percebe que ainda existe uma relação de submissão muito grande por parte da mulher, da mãe, e o companheiro, marido continua sendo o provedor. Tanto que elas verbalizam muitas vezes assim: “como é que eu vou ficar sem ele se eu tenho mais dois, três filhos dele?” No caso, quando é padrasto... “e o pai dela não ajuda... eu to grávida... tenho que pensar na maioria” A gente percebe a questão de poder pelo financeiro. (Entrevista 5)

Um fator cultural é apontado freqüentemente como determinante da submissão das mulheres em relação aos homens. Quando se referem à cultura destas famílias parece que esta cultura está divorciada do resto da sociedade, como se a família construísse uma cultura própria, sem vínculos ou determinantes externos. Por vezes a palavra cultura parece sinônimo de genético, diante do que há uma certa acomodação.

E também a questão, digamos assim, meio cultural, né? Ele é o pai, ele é o marido, elas são submissas, muito submissas. (Entrevista 5)

Até a própria mãe diz, “eu não posso fazer nada, olha o jeito que o teu pai é.” Tem que cuidar mesmo porque na família dela a mãe já apanha. Elas se sentem dependentes “dessa pessoa”. E também é uma coisa cultural que elas vivem isso desde pequena. A mãe é submissa... tudo isso. (Entrevista 3)

O que ainda se vê com grande freqüência é um discurso de responsabilização das mães/madrastas, como apontado nos depoimentos a seguir, que traz implícito o desvio da responsabilidade do verdadeiro agressor, uma vez que, lembrando o entendimento do conceito de poder que nos apresenta de Foucault (1993), não se pode atribuir igual responsabilidade a pessoas que tem diferente percentual de poder em uma relação, e este desequilíbrio na distribuição do poder numa família em situação abusiva é evidenciado a todo momento.

Ela nega, ela protege, prefere não acreditar nos filhos, na filha... prefere acreditar no marido e nós como profissionais chegamos a ter assim uma indignação com relação a isso. (Entrevista 6)

Uma vez eu escutei a seguinte fala de uma mãe, depois de comprovado o abuso. Ela não quis levar as filhas ao IML, isso foi antes do Abrigo... Eu que fiz a denúncia, eu que levei as três meninas ao médico porque ela se recusou. Ela me disse: “como é que eu vou fazer para sustentar minha casa se ele for

preso?” É uma fala muito... chocante... ela prefere deixar as filhas numa situação de violência do que perder, entre aspas, esta sustentação financeira. (Entrevista 6)

Segundo Azevedo e Guerra (1988) é preciso avaliar que condições essas mulheres têm de vencer o complô do silêncio que cerca o fenômeno do incesto, onde freqüentemente desempenha igualmente o papel de vítima, e não o de ré.

A dependência econômica e/ou emocional é apontada freqüentemente, como vemos no depoimento a seguir, como causa da subordinação da mulher ao homem da casa. Por um lado, o econômico, pode evidenciar uma falta ou ineficácia dos serviços públicos ofertados que venham a propiciar a emancipação financeira da qual necessitam estas mulheres, para que possam, efetivamente, assumir a segurança material de suas famílias. Por outro lado, o emocional, pode externar a condição de dominação simbólica³⁰ na qual se encontram estas mulheres, a ponto de “falharem” no exercício da função protetiva.

Geralmente este pai é o provedor, culturalmente falando ele é o chefe da casa. Ele é o que manda. Há uma subordinação principalmente da esposa. Uma dependência tanto financeira como emocional. Quando não tem a financeira, tem uma dependência emocional, afetiva tão grande que ela não consegue enxergar a violência que aquela família está. (Entrevista 6)

A relação de pais e mães com as crianças da família

No cotidiano dos profissionais dos programas de proteção participantes da pesquisa, encontram-se relatos de intensos sentimentos de desamparo, vergonha e culpa, especialmente das meninas vítimas.

A função protetiva que, em nossa sociedade cabe primeiramente aos pais, na família abusiva deixa de ser exercida pelo núcleo familiar e em muitos casos é assumida por programas institucionais, como é o caso do Abrigo

³⁰ Lembramos aqui o conceito de dominação simbólica, segundo Bourdieu, conforme descrito no Capítulo I, p.26-27.

Nossa Casa. O depoimento a seguir nos revela ainda uma dificuldade maior em conseguir acolhimento para a adolescente, submetendo a esta uma rotina de tentativas frustradas de convivência familiar, em família natural ou substituta.

Geralmente não tem quem acolhe. Daí vem para o Abrigo e as maiores ficam (por mais tempo). As pequenas vêm e foram poucas as que voltaram para a família. A gente é que foi proteger. Até ligam pra saber como é que estão, até vem visitar pra ver uma coisinha ou outra, mas (...). Os casos que eu presenciei, as pequenas foram pra adoção porque ninguém da família quis assumir. Adolescente então! Uma tia ou uma avó tenta, mas geralmente volta para o Abrigo e fica aqui até os dezoito anos. (Entrevista 3)

Na relação com os filhos da família mais uma vez reproduzem-se, evidentemente, as relações de poder estabelecidas entre os adultos. Na verdade espera-se dos filhos respostas que estejam de acordo com a conduta imposta pelo pai e, aparentemente, aceita pela mãe.

A mulher geralmente é submissa, aceita... e quer que a filha aceite também esse comportamento. E se a mãe nunca fez nada é porque a mãe quer assim. Então ela (a menina) não culpa a mãe. Ela sente que ele (o pai) obriga a mãe a fazer isso. (Entrevista 3)

Inclusive na relação com os filhos se reproduzem os padrões de dominação simbólica do pai sobre todos os membros da família, gerando uma imagem subalternizada nos filhos e, conseqüentemente uma dependência, tanto material quanto afetiva.

Mas é uma dependência mesmo. E nesta dinâmica os filhos também são dependentes da economia do pai, desse poder que o pai exerce sobre eles, sobre essa questão que é cultural que é a figura do pai ser o que pode tudo, o que manda, o que provém todas as necessidades da casa. É ele quem vai suprir as necessidades. Então tem essa questão da dependência muito forte. (Entrevista 6)

A reprodução destes padrões de comportamento evidencia-se nos relatos das meninas vítimas de abuso sexual, que aceitam a postura submissa das mães como se natural fosse e possivelmente vão reproduzi-la em suas vidas. De fato a menina, algumas vezes, parece conhecer muito bem os motivos da mãe na opção pelo silêncio. Possivelmente esta mesma teia também a envolveu, posto que, via de regra a denúncia do abuso só ocorre após longo período de sofrimento.

Geralmente elas perdoam a mãe, mas não o padrasto. Mas elas também não vêem que a mãe ficasse com ela... Porque teria um outro jeito... Mas... de culpar a família é mais difícil. Quando elas são adolescentes elas culpam o agressor, **ele**, né? (Entrevista 3)

Possivelmente por conhecerem a dinâmica familiar de forma tão imbricada, geralmente as meninas vítimas de abuso sexual parecem saber claramente de quem é a responsabilidade pelo abuso sofrido. Parecem saber que “estranho” poder é este, que poderosos instrumentos são utilizados pelo homem/pai, que submete a mãe ao silêncio ao qual elas também foram submetidas. Este parece ser um dado que, embora não escape totalmente aos olhos dos profissionais dos programas, parece ser insuficientemente estudado, analisado e compreendido.

é uma coisa cultural que elas vivem isso desde pequena. A mãe é submissa... tudo isso. E se a mãe nunca fez nada não é porque a mãe quer assim. Então ela não culpa a mãe. Ela sente que ele obriga a mãe a fazer isso. (Entrevista 3)

Entre profissionais de atendimento dos programas de proteção é muito comum se ouvir falar da falta de ação protetiva da mãe, como apontado em pesquisa realizada por Saffioti (1997), porém nas entrevistas aqui analisadas, como vimos nos relatos apresentados, raramente as meninas atribuem responsabilidade às mães. Lamentam a falta de iniciativa das mães em protegê-las, mas não transferem a elas a responsabilidade do abuso sofrido.

(Perguntei a ela) Tu nunca mais viu tua mãe? “Não (diz a menina) mas eu gostaria de ver. Que nem eu, nem minha mãe somos culpadas, né?” (Entrevista 9)

E mesmo em meio a todo o emaranhado de sujeição e segredo que cerca o abuso, parece possível que as meninas vítimas de abuso sexual desenvolvam, em alguns momentos, um entendimento claro da posição de subordinação à qual foram, juntamente com suas mães/madrastas, submetidas. Embora estas situações sejam exceções, há uma relevância contida neste depoimento, pois demonstra que a intervenção adequada junto às meninas vítimas, pode reverter a trajetória de sujeição e marginalidade³¹ à qual geralmente são relegadas.

Eu já escutei de uma menina que, ela disse “mas eu sou diferente porque eles aceitaram, a minha irmã, a minha mãe, mas eu não.” Era uma adolescente que veio para cá e agora saiu. Se vira sozinha, já tá trabalhando. “Eu não quero isso. Ele conseguiu obrigar a minha mãe, as minhas irmãs e tudo, mas comigo foi diferente, porque eu meto a boca”. Ela culpa a mãe porque ele (o pai) manda na mãe. (Entrevista 3)

Outro aspecto relevante apontado pelos profissionais é a convivência prolongada com a situação abusiva que seria decorrente da naturalização do fenômeno na família. Na ausência de parâmetros comparativos, as crianças aceitam a situação abusiva como natural e convivem com ela durante anos, aliás, sequer identificam abuso naquela convivência. A denúncia, segundo os relatos, geralmente não vem de nenhum membro da família, mas de vizinhos, professores ou outros serviços da comunidade.

Às vezes desde muito pequena e que aquilo acaba se tornando algo de rotina na casa dela. Que ela já nem está entendendo que aquilo é uma violência contra ela. Porque é uma coisa que acontece talvez diariamente e que a menina entenda que é... normal. (Entrevista 4)

³¹ A palavra marginalidade está sendo utilizada como sinônimo de “a margem”, pela condição de negação dos direitos básicos de proteção a que são submetidas às meninas vítimas de abuso sexual incestuoso.

Eu acho que é a estrutura da família. Naturaliza. Rola sempre droga, álcool e vai se tornando uma coisa natural. Eles vão aprendendo assim e vivem com isso. E também acho que é por isso que algumas meninas demoram tanto pra denunciar, porque até que elas crescem e vêem que isso não é certo... Ou então aparece na escola, a escola denuncia...(Entrevista 3)

O abusador é apontado como um ser “distante”. Sua presença é sentida nas regras autoritárias, na agressividade, por vezes, generalizada, mas não na tentativa de estabelecimento de vínculo afetivo com os filhos. De fato há, freqüentemente, um tratamento diferenciado à vítima, em comparação às demais crianças da família, como podemos observar nos depoimentos a seguir. A aproximação, no entanto, se dá em outro papel: o de abusador.

[...] ela verbalizava que o pai nunca brincava com ela, só de noite quando a mãe ia trabalhar... ele queria brincar de cachorrinho, mas só de noite... de dia ele nem chegava muito perto. Estava sempre cansado, ocupado. Mas de noite ele sempre queria brincar. Às vezes ela (a criança) tava até com sono e ele queria “brincar”. (Entrevista 5)

Até que ponto desvincular a figura tão importante que é a masculina, até que ponto desvincular que aquele carinho ali que ele está fazendo não é um privilégio dela enquanto filha? (Entrevista 8)

A caracterização da mãe como pessoa ausente é recorrente em vários depoimentos dos profissionais. Possivelmente por haver um consenso de que não há mais nada a se esperar de um pai que abuse sexualmente da(s) filha(s), seja ele biológico ou não, mas possivelmente também, há um resquício da convicção de que a função de “educar e cuidar” é da mãe.

(...) não são pais próximos, presentes (...) nem mães, porque não percebem as coisas óbvias. Então quer dizer, existe a presença física, mas não existe o comprometimento, o envolvimento com a criança. São as situações que fazem com que não ocorra o envolvimento real, às vezes. (Entrevista 5)

Segundo Mioto (2006) a figura materna é considerada como central na atenção e proteção infantil, sendo sua responsabilidade evocada

insistentemente, nos relatos e relatórios dos serviços de proteção à infância. As mães figuram com responsáveis ou co-responsáveis pela violência doméstica nos processos que a tratam, seja qual for o seu grau de envolvimento nos episódios. Segundo a autora esta perspectiva contribui para o fortalecimento de uma concepção estereotipada de família na qual a mulher/mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem/pai, pelo provimento e exercício da autoridade, resultado e resultante das relações de gênero que se desenvolvem na sociedade.

A abordagem do abusador à menina: a fronteira indefinida entre o carinho e o abuso

Ferenczi (1933, *apud* NARVAZ, 2001) advoga serem as interações abusivas resultantes de um conflito de linguagem entre a criança e o adulto, onde a aproximação da criança se dá devido a uma demanda por carinho e o adulto interpreta esta aproximação com uma conotação sexual. Decorrente desta interpretação equivocada por parte do adulto teríamos a recorrente acusação de que a menina provocou o abusador.

Os agressores intra-familiares geralmente são coercivos e sutis na abordagem à vítima. Por dispor de confiança, a abordagem pode imitar uma brincadeira, um gesto de carinho. O fator sigiloso do abuso, muitas vezes, significa para a menina que está acontecendo algo especial e exclusivo entre ela e o seu violador.

Embora o uso de força física seja pouco comum em casos de abuso sexual incestuoso, as famílias abusivas freqüentemente fazem uso da força ou ameaça nas interações entre os membros, como foi evidenciado pelos depoimentos.

a) A ameaça

Em famílias onde os membros interagem freqüentemente com o uso de força física ou ameaças do uso da força, esta ameaça de violência à criança, caso ela rompa o segredo, pode ser sugerida sem ser verbalizada. Alguns

depoimentos, embora sejam exceções, traduzem esta ameaça. Todavia, o fato de que a ameaça não seja proferida não significa que ela não seja sentida pela menina.

E elas colocam essa questão assim de que era muito difícil porque elas não podiam falar nada porque esse agressor ameaçava fazer alguma coisa contra ela, contra a mãe, contra os irmãos: “se você contar vai acontecer isso...” O último caso que nós tivemos foi exatamente assim: “se você contar vai ser muito pior para você.” É o medo... Elas acabam aceitando por causa do medo. (Entrevista 6)

[...] eu nunca escutei assim, verbalizado que foram ameaçadas pelo agressor. (Entrevista 5)

A ameaça velada é mais um instrumento que conduz a não revelação e a dificuldade em verbalizar os motivos da não revelação, pela vítima, ou seja, sendo interpela para que revele por que não denunciou o abuso, a menina não consegue traduzir ou expressar os sinais de ameaça que sentira.

b) A sedução

A abordagem sedutora é seguramente a preferida pelos abusadores incestuosos, como nos é amplamente apontado pela literatura especializada (FURNISS, 1993; NARVAZ, 2001; SCHMICKLER, 2006). Aproveitando-se do status de confiança e afetividade de que dispõe o abusador incestuoso, esta aproxima-se da vítima lenta e gradativamente lançando mão de artifícios aparentemente inofensivos, como constatado pelos depoimentos a seguir:

E a coisa acontece quase como num jogo, numa brincadeira de sedução. Não é de uma hora para outra. Acho que é um envolvimento... Ela é seduzida mesmo. Isso é o mais triste. Imagina como é que fica isso na cabecinha dela! (Entrevista 5)

[...] seduz a criança com carinhos, com presentes, com promessas e então confunde a criança. E daí acontece muito

com pai e filha ou padrasto, né? O contato é forte e elas tão pequenininhas e daí acontece mesmo a sedução. (Entrevista 3)

No abuso sexual incestuoso, muito freqüentemente a abordagem inicia-se quando as meninas são muito pequenas. Este fator é apontado pelos depoimentos como indutor à interpretação pela criança de que aquela interação é carinhosa. A interação abusiva se naturaliza na vida da criança, que convive com ela por longos anos. A reação da menina, por vezes contrariada com a intervenção dos profissionais, demonstra o quanto a abordagem do abusador fora convincente para a criança.

Tem meninas que realmente eram muito pequenas (quando foram abusadas) e que não foi uma ameaça... que ele seduziu com carinhos que para ela, no início muitas vezes nem nota... e evolui de uma forma carinhosa e ela acaba achando normal. E quando ela percebe ou alguém denuncia, elas ficam com raiva mesmo, pensam que não foi tão grave, apesar de depois a gente conversar e esclarecer que isso não é certo. Mas para elas não era tão errado assim porque ele não machucou, não bateu... cria uma confusão. (Entrevista 3)

Quando é criança a gente percebe que ela nem tem discernimento. Elas se confundem, não sabem o que é carinho, o que é brincadeira... Se há muito tempo que vem acontecendo o abuso, a violência, ela interioriza isso como algo normal. Pra ela é uma manifestação de carinho. Então ela demora... Depois de muita abordagem é que elas começam a perceber que isso não é "normal", que isso não é um carinho saudável. Carinho é bom, mas que não é assim que a gente faz carinho. (Entrevista 5)

A que se considerar ainda que, para algumas crianças a atividade sexual pode ser a única interação ou forma de intimidade carinhosa que elas têm em casa. E pode ser prazerosa. O fato de que a menina pode sentir algum tipo de satisfação, ou mesmo prazer físico na relação abusiva, é apontado por Furniss (1993) e constatada na abordagem dos profissionais como relatado nos depoimentos a seguir:

[...] tanto que a criança não entende isso como uma violência, porque é através da sedução... do doce, do brinquedo, do passeio. “Eu vou te levar aqui, vou te levar lá...” É até complicado para elas perceberem isso como uma violência. Eles não conseguem... é claro, a idade que elas têm, elas não conseguem realmente enxergar. Até porque isso passa a dar prazer... Então há uma confusão muito grande quando alguém chega e fala: “você sofreu abuso, foi uma violência...” Na cabeça deles não se processa assim. Se processa como carinho, como forma de atenção. (Entrevista 6)

Através da sedução o homem muitas vezes faz a menina acreditar que aquilo ali é um carinho que um pai pode fazer para a filha. Ela acaba se confundindo nesse emaranhado de emoções que ela sente... Sente prazer... Muitas vezes as pessoas mascaram essa questão do prazer. O difícil pra ela... se ele (abusador) dá uma representação, ela pode elaborar aquilo enquanto uma não violência! Além disso, sentindo prazer, e isso vem da figura do pai... Tudo se encaixa ali para ele poder reproduzir aquilo ali muitas vezes. (Entrevista 8)

Infelizmente esta constatação tem sido utilizada como argumento para responsabilizar a menina, afinal “aquilo ali é o prazer dela”³². Para muitos adultos leigos, e até entre profissionais da área, o prazer da criança na interação abusiva é um tabu cercado de preconceitos e desconhecimento.

Ficou evidenciado que na grande maioria dos casos não há uma abordagem claramente ameaçadora ou agressiva às vítimas de abuso sexual incestuoso, tendo as (os) profissionais observado na prática, o que já fora corroborado pela literatura.

3.2.3. A violência de gênero caracterizada no abuso sexual

As famílias abusivas respaldam-se em ideários hierárquicos e centralizados no poder masculino e as mulheres tornam-se incapazes de

³² Afirmação feita por um dos abusadores em entrevista à Schmickler (2006, p. 175).

proteger a filha do abuso sexual protagonizado por seus companheiros, mesmo que dele tenham conhecimento. (SCHMICKLER, 2006).

Segundo Heberle (2006) o abuso sexual, assim como outros tipos de violência sexual, é um ato de abuso de poder e não simplesmente um ato sexual. Mais do que a satisfação do desejo sexual, o abuso é um ato de violência e desejo de dominação. Como instrumento de dominação, o abuso sexual figura como ferramenta de subordinação de toda uma família.

A questão cultural é muito forte e é preciso mudar essa cultura. A cultura do machismo onde o pai pode tudo, onde a figura masculina é imponente e poderosa ainda persiste hoje na sociedade. Pra mudar essa cultura, apesar da mulher estar conquistando esse espaço, está trabalhando, está contribuindo na renda familiar, apesar disso ainda existe aquela cultura. Em alguns casos a gente vê, e principalmente nesses casos de violência que ela é enraizada na família, então a mulher é submissa e os filhos também. Ela não foi construída de ontem pra hoje, é de anos (...), e vai precisar de anos também. (Entrevista 6)

A violência de gênero caracterizada no abuso sexual transparece nos depoimentos e denuncia a falta de proteção à menina no primeiro ambiente do qual se espera acolhimento: a família. Denuncia também que, desde muito cedo se apresenta às meninas, o lugar de submissão e subalternidade a elas reservado no âmbito familiar.

(...) eu não escutei ele falando, foi um relato da menina: “o pai disse que era ele que tinha sustentado até aquele momento, ele que tinha gerado, então ele tinha o direito de tirar a virgindade”. Me chamou muito a atenção dele se achando o todo poderoso dizendo que “alimentei, vesti, calcei... tenho todo o direito. Antes que outro faça, eu vou fazer”. É uma questão cultural mesmo... É uma questão que a gente ainda tem muito pela frente, porque a questão do, abre aspas, machismo, é muito forte. “Eu sou o provedor e tenho todo o direito pelas pessoas que estão sob o meu teto.” Ela relatou assim. Ele tinha várias filhas e fez com todas elas. Todas elas sofreram o mesmo tipo de violência com essa justificativa. (Entrevista 6)

As relações de gênero, poder e dominação impregnadas de preconceito e discriminação, são evidenciadas nos depoimentos das (os) profissionais.

Parece machismo, os homens abusam das meninas como se as meninas tivessem que tá sob o domínio deles...os meninos não...os meninos mais tarde vão abusar de outras meninas. É a relação dos homens com as mulheres. Eles tem que mandar, eles tem que dominar. (Entrevista 3)

A menina é criada diferente do menino e quanto a essa questão até hoje, a menina e a mulher são utilizadas como objeto sexual. Quase um objeto de consumo mesmo. E isso parece meio colocado como um mito de que a criança, a menina é responsabilizada ou não, mas muitas vezes é. E isso não aparece muito claro no discurso. (Entrevista 8)

A reação da família frente à revelação do abuso

A família, na forma como a conhecemos hoje, é uma instituição social básica, fundamental para a formação do indivíduo. Cabe aos pais, em primeiro lugar, zelar pelo desenvolvimento físico e emocional de seus filhos, provendo às suas necessidades materiais e afetivas e garantindo-lhes proteção e segurança.

A reação da família frente à revelação do abuso, denunciada nos depoimentos dos profissionais, demonstra que o zelo do pai e da mãe pelo desenvolvimento físico e emocional dos filhos, deu lugar a tentativas de auto-proteção, mesmo que para isto seja necessário lançar a vítima do abuso sexual ao descrédito e ao isolamento.

Priorizamos a análise das reações da mãe/madrasta e do pai/padrasto/abusador, devido aos limites desta pesquisa. Para este fim separamos os trechos dos depoimentos no que se refere à reação da mãe, num primeiro momento, e do abusador, a seguir. Destacamos, no entanto, que, embora os dois atores em análise difiram profundamente no papel que exercem na hierarquia familiar, a reação de ambos corrobora para a proteção do agressor, na maioria das vezes formando um campo defensivo único, com estratégias complementares.

a) A reação da mãe

Em pesquisa realizada por Narvaz (2001) com mulheres vítimas de violência domésticas, mães de meninas vítimas de abuso sexual incestuoso, revelou-se que estas mulheres, em sua maioria também foram vítimas de abuso sexual na infância. Estas mulheres relatavam situações de dependência financeira e pouco suporte da família extensa ou da comunidade, o que segundo Narvaz, as mantinha numa posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos, tanto a elas próprias como suas filhas, dificultando atitudes mais assertivas de proteção a si e as suas filhas.

A situação de dependência financeira e emocional também é revelada pelos depoimentos dos profissionais dos programas de proteção. Não obstante ser a mãe também uma vítima da situação abusiva que a família vive, a maioria dos profissionais denuncia, no caso de revelação do abuso sexual, a convivência da mãe/madrasta na maioria dos casos com os agressores, como destacamos nos trechos a seguir:

Primeiro (a mãe) nega, não acredita. Ela diz que a adolescente está inventando, porque se é adolescente: “ela quer escapar da disciplina do pai, por que o pai não deixa sair nem namorar, então ela inventou isso”. Se é criança: “essa menina não tem jeito mesmo, apronta, não quer estudar”. Algumas vezes eu escutei relatos deste tipo... e não foi uma nem duas... algumas vezes. (Entrevista 5)

A princípio elas não acreditam... As meninas dizem mesmo assim “a minha mãe não acredita”, as meninas dizem isso pra gente. (Entrevista 3)

É difícil acontecer da mãe relatar alguma coisa, da mãe denunciar. Muito difícil. As meninas até dizem que, de alguma forma elas tentaram mostrar para a mãe, mas nunca chegaram a falar abertamente. (Entrevista 4)

Obtivemos relatos de situações extremas, em que após ter sido confirmado o abuso, decretada e efetuada a prisão, a mãe seguia visitando o

agressor, afirmando acreditar na inocência do mesmo e oferecendo-lhe sua solidariedade, aumentando, no outro extremo, o abismo entre a vítima e a família.

E já tivemos casos em que a mãe, mesmo o companheiro preso, ela ia lá visitar, acreditando na inocência dele e deixava a menina no Abrigo porque dizia que não achava certo. Que não devia o marido estar preso por algo que ele não fez. (Entrevista 2)

Fica evidente na maioria dos relatos dos profissionais que as mulheres não exercem papel protetivo em relação às vítimas e o seu comportamento é interpretado como uma escolha pelo abusador e, por extensão, como responsabilização da menina.

Geralmente a mãe, a companheira, ela faz uma opção, entre aspas, pelo companheiro. Eu não vi até agora um caso dele ser mandado embora. Até mandou, mas chama de volta. Impressionante. (Entrevista 5)

Esta faceta que se apresenta nos casos em que é proeminente a ausência de proteção materna nos é igualmente evidenciada por Furniss (1993), que indica que são raros os casos de incesto na família acerca do qual as mães não tem conhecimento, silenciando e, inclusive, oferecendo a sexualidade das filhas como forma de garantirem seu sustento e a manutenção de um suposto equilíbrio familiar. O depoimento a seguir corrobora esta percepção:

Eu penso que ela (a mãe) sabe (...) todas sabem o que acontece. Elas não querem saber, preferem assim. Pra não mudar tanto a vida delas, a dinâmica familiar porque tem outros filhos... Mas eu penso que todas sabem. (Entrevista 3)

Entretanto, embora a posição da mulher seja freqüentemente ao lado do homem abusador, há exceções. No relato a seguir fica subscrito o poder ao qual a

mulher estava subordinada e do qual tendo se “libertado”, com a prisão do companheiro, pode posicionar-se de acordo com suas próprias crenças e percepções.

Quando a gente tem contato por mais tempo e quando a coisa se comprova e vem à tona, às vezes com a prisão do companheiro, e elas voltam a ter contato com os filhos e sabem muitas vezes que são coniventes... aí a gente percebe bastante revolta. Revolta, falta de amor próprio, auto-estima lá embaixo... tristeza mesmo... Sensação de fracasso. (Entrevista 5)

As posições ocupadas pelas mulheres diante das violências sofridas devem, no entanto, ser compreendidas a partir dos discursos que as configuram, situados dentro de um contexto sócio-histórico-cultural marcado por complexas articulações de relações de poder e de dominação de gênero (NARVAZ, 2006). Assim é preciso reconhecer nas mulheres e meninas vítimas de quaisquer formas de violência e, dentre elas, as mães das vítimas de abuso sexual incestuoso, o desempenho de um papel que lhes é imputado pelo contexto das condições concretas de existência de que dispõem e da rede de apoio com a qual podem contar.

Sem, absolutamente, concordar com a posição de defesa do agressor que geralmente estas mulheres ocupam, é necessário, todavia, reconhecer que faltam condições reais para que seja rompida a posição de submissão do gênero feminino às violências historicamente sofridas. Para tanto é fundamental o fortalecimento dos movimentos sociais pelos direitos das mulheres e das crianças e adolescentes, aliado ao suporte de uma rede articulada para a garantia dos direitos humanos das meninas e das mulheres.

b) A reação do abusador

Em análise a discursos de homens abusadores sexuais, Schmickler (2006), destaca como um abusador vai construindo uma lógica para convencer seus interlocutores de suas virtudes e vender uma imagem de inocência a

quaisquer pessoas de seu convívio diário, ou profissionais que estejam dispostos a ouvir a sua história.

Este recurso é utilizado freqüentemente pelos agressores cujas vítimas estão em atendimento junto aos profissionais participantes desta pesquisa. Diante do abuso revelado, apresentam-se como pessoas trabalhadoras, que freqüentam a igreja, que “jamais fariam isso”, dando início a um elaborado esquema de auto-defesa.

[...] porque é um homem trabalhador. Muitas vezes vai à igreja, que tem ação social(...). São cidadãos acima de qualquer suspeita. Teoricamente jamais fariam isso. Recentemente nós tivemos um caso que era assim: um homem trabalhador com emprego fixo, um homem que ia à igreja sempre e no entanto cometeu abuso. (Entrevista 6)

Após apresentar uma caracterização que o coloca acima de qualquer suspeita, nos depoimentos colhidos, o abusador nega a agressão uma vez revelada, em todos os estágios de abordagem. Corrobora esta constatação a pesquisa de Schmickler (2006, p 251) que constata a “negação do delito até as últimas consequências”, postura que não se altera mesmo diante da revelação do abuso, das evidências comprobatórias, do julgamento e da prisão sentenciada.

Nenhuma referência foi feita durante as entrevistas, como vimos a seguir, de que houve qualquer caso em que o abusador tenha assumido o ato e qualquer grau de responsabilidade sobre ele. Por outro lado, a atribuição de responsabilidade a vítima é significativamente recorrente.

O agressor nos procurou. Ele tentando convencer que ele era inocente. Porque, na verdade não houve [...], não teve conjunção carnal. Foram atos libidinosos, digamos assim. “Não é verdade, é história, imagina (ele dizia). Eu amo, não posso perder. Como é que a minha esposa vai perder o poder familiar? Isso é uma injustiça muito grande que estão fazendo comigo. Eu tenho meu nome a zelar. É porque ela quer sair e eu não deixo. Já quer namorar... Eu não tenho ciúmes, mas tenho que zelar por ela”. Falou por telefone. (Entrevista 5)

Quase tão freqüente quando a negação de que houvera abuso, quando esta se torna insustentável devido às evidências e/ou provas da materialidade do abuso, é a transferência da responsabilidade à outra pessoa, muitas vezes da própria família. Este aspecto é corroborado pela literatura especializada como nos apontam Azevedo & Guerra (1993), Furniss (1993), Narvaz (2001) e Schmickler (2006) que nos apresentam em suas publicações dados que confirmam a recorrência do agressor, invariavelmente, à responsabilização de outrem, para eximir-se da responsabilidade do ato.

Eles sempre negam, ou culpam outro membro da família... Uma coisa assim, que acontece nas famílias é que não tem um agressor. O pai, o tio, o avô [...] isso se repete... eles culpam um ao outro. E teve caso de um que culpou o enteado, um menino de quatorze anos, e que a mãe aceitou que culpasse o menino. (Entrevista 3)

A pressão para a negação do abuso no seu desvelamento

A pressão para a negação, ou retratação (BORBA, 2007), do fenômeno abusivo é extremamente intensa nos casos incestuosos. O perpetrador, geralmente por meio de outro membro da família, preferencialmente a mãe, explora sua posição de poder pressionando a vítima a retirar a denúncia. O objetivo principal do agressor, neste momento, e de quem se posiciona ao seu favor, é minar a credibilidade da menina.

Nos casos de abuso sexual incestuoso é imprescindível reconhecer, que a criança sofre, normalmente, pressão psicológica para não romper a chamada *síndrome do segredo* (FURNISS, 1993) que a mantém em silêncio por longos anos. Além disto, a criança abusada sexualmente não tem facilidade de confiar nos adultos, já que esta confiança foi quebrada por um deles.

A *síndrome do segredo* é elaborada a partir de uma série de fatores cuja combinação forma um sistema de grande complexidade e dificulta a criança/adolescente, e de modo geral, a toda pessoa leiga, seu desvelamento.

Segundo Furniss (1993), o distanciamento da realidade, a transfiguração do pai/padrasto em outra pessoa, as interações não abusivas com o abusador, são alguns dos fatores que contribuem para a criação deste campo protegido.

Na revelação do abuso sexual, portanto, fora transposta uma barreira poderosa criada pela dinâmica familiar abusiva e seus subterfúgios de poder. Mas ainda há outras barreiras, tão ou mais poderosas do que a da revelação. Toda a carga de responsabilidade pela instabilidade ou ruína da família é, freqüentemente, atribuída a menina, como veremos a seguir. A responsabilidade do agressor, segundo os profissionais, não é mencionada.

Primeiro elas tem medo de contar até para a própria mãe. Quando elas contam, as mães não acreditam. Daí até pedem para elas ficarem quietas. Puxam para o lado emocional, “já pensou o que vai acontecer?” A gente já passa por tanta coisa...” “Tu sabes como o teu pai é...” “Se tu queres ver a desgraça da nossa família, então vai falar...”. (Entrevista 3)

A mãe, ela tenta de todas as maneiras, tenta seduzir a filha a negar, a dizer que não aconteceu. Faz promessas e diz “daqui a pouco você vai sair do Abrigo e vai morar com a gente de novo, quando tiver a maioridade”... a moça está com dezessete anos. “Mas tu tens que dizer que não aconteceu”. E a gente pergunta: “mas isso aconteceu! Você vai dizer isso?” Ela diz: “eu não vou dizer que não aconteceu, mas ela é sempre assim... a minha mãe”. Imagina que “nó” na cabeça dessa menina. (Entrevista 5)

Sentindo-se de esquecida e desacreditada a criança é pressionada a retirar as acusações feitas, declarando que fora uma mentira, ou simplesmente a se calar afastando as possibilidades de desvelamento da agressão. Por vezes é oferecida à criança/adolescente a responsabilização de outra pessoa como alternativa, convencendo-a ser esta a solução, com direito de passagem de volta para uma vida familiar estável e harmoniosa, que na verdade nunca existiu.

Tem aquela mãe que fica repetindo tudo o que pode acontecer e tem aquela que não acredita de jeito nenhum. A menina

pensa “se a minha mãe não acreditou, o que adianta falar para os outros?” (Entrevista 3)

Ela ficou numa dúvida muito grande (sobre o que dizer) até por causa das pressões que ela sofre da família. Então muitas vezes o que acontece no Abrigo, se corta esse direito à convivência familiar no momento de visitas ou então se faz sempre acompanhada, para que se evite essa coação para que ela mude o depoimento dela, diga não foi esse, foi aquele. (Entrevista 6)

A falta de convivência familiar, no caso das crianças em situação de abrigo, segundo os depoimentos, é um fator que interfere significativamente na decisão da menina em confirmar ou negar o que fora denunciado. A convivência com a família e as interações não abusivas que tivera antes do abrigo, geralmente são as únicas vivências positivas que a criança/adolescente teve e desta sente falta. E a todo momento a responsabilidade pelos desdobramentos do abuso lhe são atribuídas:

Ela falou: “Aconteceu, mas eu não agüento mais... Eu preciso ir para uma família. Eu quero ir para uma família”. Negam por conta de se sentirem responsabilizadas pela prisão de alguém ou então pela questão de “eu quero uma família”. Elas precisam desses vínculos familiares. Preferem então negar tudo, voltar para lá do que ficar tanto tempo fora de uma família. (Entrevista 6)

Além da restituição da convivência familiar, identificamos através dos depoimentos dos profissionais participantes da pesquisa, outros motivos que levam a vítima a se retratar diante do que declarou por ocasião da revelação do abuso: medo de serem desacreditadas de forma generalizada, sentimento de culpa frente à prisão do abusador, sentimento de culpa frente a dificuldades enfrentadas pela família como separação dos pais ou dificuldades financeiras e, evidentemente, apesar de não verbalizado, medo do abandono e isolamento ao qual são submetidas.

3.2.4. Responsabilização da menina: a violência gerando mais violência

A atribuição de responsabilidade a qualquer pessoa, dentro ou fora do grupo familiar, inclusive à menina, é confirmada por vasta literatura, em situações de abuso sexual, como já fora mencionado. No entanto, sem abrandar a gravidade de falsas acusações a quaisquer outros atores, nesta pesquisa elegeu-se prioritariamente a pertinência de dedicar-se à análise da responsabilização da menina, em situação de abuso sexual incestuoso, por uma série de agravantes que se nos apresentam nestes casos:

- a) Ao gênero feminino é, historicamente, atribuído um lugar de subalternidade em relação ao gênero masculino;
- b) A menina encontra-se em posição de obediência em relação ao abusador pai/padrasto, que exerce sobre ela um tipo de autoridade amplamente aceita: a autoridade paterna;
- c) A menina, geralmente, não dispõe de conhecimento sobre a interdição do ato, podendo ser convencida de que é algo aceitável;
- d) A criança/adolescente é legalmente “incapaz para os atos da vida civil”³³. O adulto deve responder por seus próprios atos e pelos atos de crianças/adolescentes sob sua responsabilidade;
- e) A menina não dispõe de meios para defender-se, nem fisicamente, nem legalmente.

Incólume a estes fatores, muitas vezes o abusador, geralmente com a participação da família, lança sobre a menina a responsabilidade sobre o abuso ocorrido, como é fartamente ilustrado nos trabalhos de Narvaz (2001) e Schmickler (2006).

Embora a família seja o lócus desta pesquisa através dos profissionais de atendimento, temos clareza de que a responsabilização da menina não ocorre somente na família. Há relatos de abordagens em programas de proteção, programas de saúde, operadores do sistema jurídico, etc. que demonstram que crianças/adolescentes são inquiridas e penalizadas pelo

³³ Conforme o Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

abuso ocorrido, revelando a postura de uma sociedade sob a égide do patriarcado (NARVAZ, 2001).

A atribuição de responsabilidade à menina pelo abuso: mitos e preconceitos

Um sentimento de distanciamento com o mundo, perda do interesse por assuntos pertinentes à idade, dificuldade em conectar-se com emoções, especialmente as associadas à intimidade e sexualidade, são apontados como recorrentes em meninas vítimas de abuso sexual.

Estes sintomas geralmente são relatados por adultos que interagem profissionalmente com estas meninas, especialmente em programas de proteção, professores ou profissionais da saúde. Contudo, após a revelação do abuso sexual, em decorrência de todas as abordagens em que a menina detecta que está sendo responsabilizada pelo abuso, estas manifestações são potencializadas consideravelmente.

Importante destacar que o fato de a menina ser encaminhada ao Programa de Proteção para acompanhamento ou, mais grave ainda, ser afastada da família e encaminhada ao Abrigo, enquanto o abusador geralmente está em casa sob o benefício da dúvida, configura-se, para a maioria dos profissionais (e para a própria menina) na primeira materialização da responsabilidade atribuída à vítima.

Responsabilizam (a menina) sim, pelo acontecido. Geralmente. Eu vejo pelo próprio fato de, às vezes a menina ser tirada de casa... não sei como falar... A menina sai de casa e a família... continua... parece que pra responsabilizar a menina. É como tirar o errado para o resto continuar certo. Eu penso isso. Nos atendimentos a gente tem muito contato com as famílias e eles culpam as meninas... que elas é que provocam isso, não se respeitam, dão em cima... esse tipo de atitude. (Entrevista 3)

Os discursos de mães responsabilizando as meninas pelo abuso sofrido traduzem, na maioria das vezes, o pensamento generalizado e disseminado em uma família a respeito da menina vítima de abuso sexual. Estes discursos são representados pelos depoimentos a seguir:

Algumas vezes (as mães) dizem que hoje em dia essas meninas só querem namorar e... não tem mais nada na cabeça... “No nosso tempo tinha que trabalhar”. Dizendo assim, claramente que “ela chegou lá e se insinuou”. Mas também querendo dar a entender que não resistiu, digamos assim. (Entrevista 5)

A mãe disse: “Ela é que é muito namoradeira, vocês não a conhecem, é ela que fica provocando, não aconteceu isso.” (Entrevista 6)

Outras pessoas da família e/ou da comunidade também trazem ao palco suas impressões. Os relatos geralmente são mais encrudelecidos contra a própria vítima quando esta é adolescente, como vimos nos depoimentos a seguir:

Sabe essas coisas que geralmente os adultos dizem, os pais, os tios, padrastos, tias, “tá usando essa roupa, porque rebola, senta daquele jeito...” (Entrevista 3)

Quando é adolescente, muitas vezes a comunidade diz “mas também, ficam se oferecendo, e não sei o que, e andava com aquele shortinho”. Aí vem essa questão do preconceito mesmo. Quando é criança a revolta é maior (contra o abusador) por parte da comunidade e dos familiares. (Entrevista 5)

Furniss (1993) nos chama atenção para o fato de que numa relação entre uma criança/adolescente e um adulto a responsabilidade pelo caráter abusivo da interação é do adulto, sempre. Cabe ao adulto estabelecer e fazer cumprir os limites socialmente aceitos. Portanto, desta forma, mesmo diante uma suposta abordagem sexualizada da criança/adolescente é ao adulto que cabe fazer a abordagem cessar e que deverá responder pelas conseqüências, caso não o faça.

Para observadores leigos, no entanto, as supostas “investidas”³⁴ da menina podem servir de argumento para responsabilizá-la pelos possíveis desdobramentos abusivos da relação, como sugerem os depoimentos a seguir:

E parece que viram ela beijando o tio. Mas ele é o adulto, né? E ele assumiu a menina, tem a guarda, o casal assumiu. Então quem tem que ser responsabilizado é esse adulto. (Entrevista 3)

Ela não tem o conhecimento de que ela foi a vítima... muitas vezes por terem dito para ela que ela foi a culpada. Por quê? Porque “ela é namorada, usa roupa assim ou roupa assado e então ela fica provocando, ela anda de tal forma na frente...” Por estas situações eles acabam transferindo a culpa para a menina. Geralmente é assim que a gente percebe. (Entrevista 6)

Está explícito no discurso e nas atitudes dos familiares, especialmente do agente abusador e da figura materna, a busca de “provas”, no comportamento da menina, de que ela, no mínimo, é partícipe da interação abusiva e como tal, responsável por ela. Por outro lado, está implícito nos depoimentos a falta de entendimento destes mesmos atores no que se refere aos motivos que inibem a ou protelam a revelação do abuso pela menina.

Em cada depoimento de que “a situação se estendeu durante anos” ou de que “há muito tempo que vem acontecendo o abuso”, pode estar subscrito um questionamento em busca de motivos que tenham levado a menina a ocultar o abuso. Portanto, independente da análise desenvolvida neste trabalho, sobre a falta de entendimento da interação como abusiva e dos medos da menina agora um pouco mais compreendidos, há, incólume, uma grande expectativa, por parte dos adultos, pela revelação imediata do abuso pela criança/adolescente.

Ao esperar uma negação forte e imediata da criança/adolescente à interação abusiva, esquecemo-nos ainda de outros fatores: a) se por um lado,

³⁴ A palavra “investidas” está sendo aqui utilizada como sinônimo de abordagem amorosa ou sexual, como é comum em linguagem popular.

ensinamos constantemente aos nossos filhos a proteger-se de adultos estranhos, destacamos ao mesmo tempo a confiança e obediência que devem aos pais; b) se a criança/adolescente demonstra insegurança na capacidade dos adultos em protegê-la, visto que fora agredida por um, os adultos demonstram insistentemente que realmente não são capazes de protegê-las, por expô-las a todas as situações aqui apresentadas.

A sexualidade da menina vítima de abuso sexual no olhar do adulto

Temos observados grandes transformações, especialmente após o século XVIII (ARIES, 1981) na constituição e significação da família e da infância. A infância, particularmente, tem sofrido o abandono de suas representações relacionadas à ingenuidade e ausência de malícia, especialmente no que se refere ao uso e imagem do corpo.

Por meio da educação formal e informal, da família, da escola, do acesso aos veículos de cultura e de comunicação, a criança, especialmente a menina, é precocemente exposta a estímulos eróticos, promovendo o desenvolvimento de comportamentos sexualizados de pessoa adulta, com os quais a criança não tem maturidade para se relacionar. Convém destacar que esta exposição é perfeitamente adequada aos padrões patriarcais que reservam à mulher o papel de objeto sexual, e desde cedo preparam-na para o seu exercício.

O depoimento a seguir corrobora esta percepção, no entanto afirma que o comportamento da menina não tem a malícia que os olhos dos adultos lhe atribuem, e ao manifestar determinados comportamentos ela, na verdade, pode estar simplesmente buscando aprovação e afeto das pessoas que a cercam, ou ainda de seus pares.

Na nossa cultura as meninas usam shorts sim, usam roupas mais decotadas e não porque querem provocar o padrasto ou o pai. Porque é normal. Anormal é estar todo coberto... Usar um decote, você está se descobrindo, está descobrindo o seu corpo... Se você percebe que tem umas pernas bonitas, por que não explorar essas pernas bonitas? E não é uma coisa

erotizada e que muitas vezes está na cabeça das pessoas. São as pessoas que muitas vezes erotizam a questão dos comportamentos, das roupas e não é o caso. Se eu me sinto bem usando determinada roupa [...] (Entrevista 5)

Dentre os depoimentos colhidos encontramos relatos sobre as mais variadas formas de manifestação da sexualidade da menina vítima de abuso sexual, nenhuma delas apontada como a socialmente aceita, e raramente semelhante às manifestações de qualquer criança da mesma faixa etária. Fora apontada uma suposta infantilização do comportamento da menina:

Eu tenho percebido assim, que as crianças que foram abusadas, quando começam a crescer elas se infantilizam. Isso não foi nem uma nem duas que eu percebi. Estão entrando na puberdade e as outras meninas dizem “credo, parece um bebê”. Elas começam a ter um comportamento de menininha mesmo. De brincar de bonequinha... parece “eu não quero crescer”. (Entrevista 5)

Um comportamento masculinizado também fora identificado, e a ele atribuída uma tentativa de desvencilhar-se do interesse de qualquer pessoa adulta, quando este interesse passa a representar, aos olhos da menina, um risco.

Ou então elas ficam agressivas e se masculinizam. Talvez não se achem bonitas e não querem despertar o interesse. Isso eu também já percebi em algumas. (Entrevista 5)

Contudo, quando se refere à menina vítima de abuso sexual, o que adquire uma visibilidade ampliada é o comportamento apontado como extremamente sexualizado e este comportamento, por sua vez, como determinante para que o abuso tenha ocorrido, como vimos em inúmeros depoimentos já apresentados.

Outra manifestação freqüente, agora entre as (os) profissionais, se refere a uma suposta sexualidade aflorada em consequência do abuso sexual.

Quebrar esse preconceito que diz: “se foi vítima de violência, no que é que vai dar isso?” “Vai ter a sexualidade a floradíssima

ou não sei como é que vai ser”. Conscientizar as pessoas de que não é por aí, né? Isso eu vejo como desafio. (Entrevista 5)

Na cabeça delas não se processa assim (como uma violência). Se processa como carinho, como forma de atenção[...] por isso que essas meninas, mais tarde vão desenvolver esse comportamento da sexualidade mais aflorada e como um meio de receber carinho também. Elas entendem assim... Na cabeça delas é carinho. (Entrevista 6)

Percebe-se que a referência à “sexualidade aflorada” da menina vítima de abuso sexual é recorrente nos depoimentos, e aliada a ela o entendimento de que esta manifestação pode representar a constante busca da menina pelo carinho, através do meio pelo qual ela aprendera a conquistá-lo.

Talvez o que faz com que a sexualidade esteja mais aflorada é a falta de afeto. Na verdade elas vão buscar o carinho... gente, elas tem necessidade do toque e não é porque elas foram abusadas... Elas moram num Abrigo. Passam meses sem um abraço, e então elas vão procurar um abraço, porque todo mundo quer ser abraçado. Então eu acho assim, é preconceito, quando dizem que a sexualidade aflora. (Entrevista 5)

A gente sabe que o comportamento dela já é diferente depois de passar o que elas passaram [...]. Elas se entregam muito fácil às vezes, outras querem distância... Mas algumas se entregam de fato pra qualquer pessoa que dê carinho. E elas têm assim, o comportamento delas, vamos dizer assim... o sexo pra elas parece que é uma coisa que manifesta mais rapidamente quando elas são abusadas. Muito cedo, novas. (Entrevista 3)

A literatura especializada (FURNISS, 1993; SAFIOTTI, 1997; NARVAZ, 2001 e SCHMICKLER, 2006) aponta que o comportamento das crianças/adolescentes que aos olhos do adulto são sedutores, na verdade representam a busca pelo afeto de que todos necessitamos, ou, nas palavras de Ferenczi (1933), a “linguagem de carinho” de que se utilizam para conquistar a atenção e o afeto dos adultos.

3.2.5. Os desafios

Diante da complexidade dos temas abordados no decorrer das entrevistas, foram apresentados muitos desafios ao enfrentamento do abuso sexual, numa perspectiva de gênero. O aspecto da responsabilização da menina, embora seja freqüentemente apontado nos depoimentos, raramente encontra eco nas ações desenvolvidas pelos programas.

Apenas para fins didáticos apresentamos os desafios revelados pelas (os) profissionais participantes, em tópicos. No entanto, entendemos que estes fatores se entrecruzam e formam um conjunto articulado de desafios, para os quais não há hierarquia quanto ao nível de importância ou do grau de dificuldade que implica seu enfrentamento.

Importante mencionar também que para a maioria dos desafios apresentados não foram apontadas propostas alternativas concretas, considerando, pois que fundamentar possíveis ações é que se configura num dos objetivos desta pesquisa.

a) Legais/institucionais:

Acabar com a impunidade nos casos de abuso sexual é apresentado como um desafio, recorrentemente. Nos casos apresentados pelas (os) profissionais participantes da pesquisa, na grande maioria as crianças são afastadas da família, inicialmente com a expectativa de que se retire o agressor do lar, porém esta expectativa raramente se confirma. Mesmo quando a criança/adolescente permanece na família, ela freqüentemente continua convivendo com o seu agressor. Ou seja, geralmente o agressor continua impune.

A gente percebe que a posição dele, muitas vezes é cômoda. A não ser que tenha prova da conjunção carnal, de um exame, aí ele até vai para a cadeia. Logo sai, é verdade. Se não, muitas vezes ele está em casa convivendo com a mãe da criança, convivendo com os outros filhos. Às vezes num emprego formal. Tivemos um caso em que a gente foi atrás e ele era porteiro de uma escola. (Entrevista 5)

Os depoimentos denunciam que tanto as instituições de proteção à criança/adolescente deixam de protegê-la, na medida em que não restabelece a convivência familiar mesmo após o agressor ser afastado da família, quanto as instituições as quais cabe punir os transgressores das leis, não o fazem.

Infelizmente o agressor está solto. São raros os casos em que o agressor está preso. Nós tivemos um caso, ou melhor, dois casos nestes dois últimos anos em que o agressor está preso. Dois casos! Isso não está claro para a gente. Houve a violência, houve a comprovação e eles estão soltos, em liberdade e a criança no Abrigo. Quando estão presos, mesmo assim a criança fica no Abrigo. (Entrevista 6)

Os limites impostos pela legislação vigente, embora não sejam totalmente compreendidos pelos profissionais dos programas de proteção, também são apontados como um fator de favorecimento da impunidade, na medida em que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o afastamento do agressor, e o Código Penal que favorece a liberdade do abusador.

É uma questão da legislação que não está clara. São duas legislações assim: a Penal diz que ser preso quando tiver o processo corrido e ter sido julgado. E o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que o agressor tem que ser mantido longe de casa. Então são duas legislações de âmbito federal e uma choca com a outra. E isso dá margem, como dizem os advogados, a interpretações diferentes. E essas crianças ficam no Abrigo, infelizmente. E aí? Quem sai com o prejuízo é a criança e o adolescente. (Entrevista 6)

Evidentemente, o que está sendo apontado pelos depoimentos é uma lacuna na legislação e nos procedimentos dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Sistema Penal que, quase que invariavelmente, beneficiam o abusador sexual de meninas.

Diversos autores (AZEVEDO & GUERRA, 1988 ; FURNISS, 1993, NARVAZ, 2001, SCHMICKLER, 2006) nos chamam atenção para o fato de que

o abuso sexual é considerado um atentado aos costumes, portanto um crime menor. Tal percepção apóia-se no Código Penal que trata ainda hoje, de forma moralista os chamados crimes sexuais, e submete a sociedade ao conservadorismo das relações de gênero de 60 anos atrás.

b) Culturais

A questão da cultura machista perpassa todos os depoimentos em diversos pontos das entrevistas. Há uma denúncia de que nas famílias abusivas esta cultura patriarcal, construída no contexto sócio-histórico-cultural, está ainda mais impregnada. Mudar esta cultura aparece como um desafio na voz das (os) profissionais participantes:

A questão cultural é muito forte e é preciso mudar essa cultura. A cultura do machismo onde o pai pode tudo, onde a figura masculina é imponente e poderosa ainda persiste hoje na sociedade. Pra mudar essa cultura, apesar da mulher estar conquistando esse espaço, está trabalhando, está contribuindo na renda familiar, apesar disso ainda existe aquela cultura. Em alguns casos a gente vê, e principalmente nesses casos de violência que ela é enraizada na família, então a mulher é submissa e os filhos também. Ela não foi construída de ontem pra hoje, é de anos... e vai precisar de anos também. (Entrevista 6)

A preocupação evidenciada diante da necessidade de deixar as crianças da casa sozinhas com o homem da casa é um dado instigante: quem é este homem do qual é preciso ter tanto medo? Naturalmente deveríamos ter segurança em deixar as crianças ao cuidado do pai/padrasto, pois a ele cabe, tanto quanto à mãe/madrasta, a função de proteger e cuidar de seus filhos!

[...] hoje em dia a gente sabe que as mães trabalham muito e que as crianças ficam em casa, então se houvesse mais creches, se as políticas tivessem mais capacitadas nesse sentido. Assim, às vezes as crianças ficam com esses padrastos, muitas vezes são alcoolistas. (Entrevista 5)

Se o homem é visto, genericamente, como uma ameaça em potencial, isto demonstra a profundidade do enraizamento desta cultura denunciada nos depoimentos, como se não restasse a fazer, mais do que proteger as crianças daquilo que é posto. Entretanto, há expectativa de que o trabalho com famílias, por meio de atividades de formação e da mídia, possa modificar este quadro.

O trabalho tem que ser feito nas famílias. A maioria dos casos que acontecem de abuso sexual não é na rua, é dentro da família. Até porque é mais fácil do que sair agarrando uma à força na rua. Acho que tem que ser bem trabalhado nas famílias. Também palestras, a mídia mesmo. A própria denúncia, sempre que se sabe alguma coisa. Com a população em geral, mas eu acho que o foco é a família porque é a estrutura, é a base e é ali que acontece o problema. Não adianta simplesmente tirar quem sofreu e ali continuar o problema existindo. (Entrevista 3)

No que se refere às campanhas midiáticas, nos depoimentos emergem preocupações com os conteúdos veiculados, a forma de denunciar, a quem recorrer. Há que se considerar ainda que tais campanhas devam dirigir-se também ao público infantil, portanto as informações devem ser acessíveis a este público.

Você coloca na frente, na televisão, uma propaganda que denuncie, mas você não fala como fazer isso. Que passos tenho que tomar, em quem eu posso confiar? Então tem que ser mais específico, mais claro. (Entrevista 6)

Nos aspectos culturais são trazidas também as convicções dos próprios profissionais que, reconhecidamente, se forjam no mesmo entorno sócio-histórico-cultural que as famílias em atendimento, e enfim, que todos nós. Este fato se materializa na reprodução, entre profissionais, de posturas preconceituosas e/ou na percepção destas posturas em colegas, como transparece nos depoimentos a seguir; o que também se apresenta como um desafio a ser enfrentado:

Eu acho assim que dá pra entender que elas tinham participação. Mais a pequena dá pra entender do que a maior assim, ela sabe disfarçar mais, né? Porque sabe assim aquelas “risadinhas” de malícia, às vezes assim. (Entrevista 9)

Os próprios profissionais precisam trabalhar isso neles... ter um olhar de não discriminação. Ter um olhar dessa construção anterior. Não olhar o primeiro ato. Tem que olhar atrás disso, o que aconteceu? Qual foi a construção que foi feita? Então os funcionários precisam ter cuidado com os seus valores, com a sua cultura e que são, muitas vezes, preconceituosas. (Entrevista 6)

Entretanto, por outro lado, muitos profissionais verbalizam uma compreensão mais instrumentalizada para o fenômeno abusivo como um ato de violência de uma pessoa adulta contra uma criança e sobre o qual o adulto tem total responsabilidade. Os depoimentos a seguir demonstram esta postura:

Em hipótese nenhuma (a menina é responsável). Na verdade as meninas têm um comportamento, às vezes... digamos de usar uma roupa mais curta, isso não quer dizer que ela queira seduzir alguém. Jamais. Elas são vítimas. (Entrevista 5)

Não. Eu não acredito em nenhuma hipótese em que a menina seja responsável. Eu acredito sim, que de alguma forma a menina foi envolvida. (Entrevista 4)

O trabalho com situações de abuso sexual pode desencadear refrações nos profissionais, para as quais corroboram sentimentos e valores pessoais. Segundo Azevedo & Guerra (1993) estas refrações podem traduzir-se na resistência em acreditar na criança, receio de registrar boletim de ocorrência, adiamento de visitas domiciliares ou o encerramento precoce do acompanhamento.

Além de conhecer e assumir seus sentimentos e valores, enfrentar esta limitação requer a construção de estratégias pessoais de superação, o estudo aprofundado do fenômeno abusivo e um bem articulado trabalho em equipe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente dissertação procura contribuir para a análise do abuso sexual numa perspectiva de gênero, e centraliza seu enfoque no abuso sexual incestuoso praticado contra a menina. Embora tenhamos uma vasta literatura e produção acadêmica que aponte para esta perspectiva, ainda há muitos meandros desta violência que aguardam pelo seu desvendamento, dentre estes, a responsabilização da menina pelo abuso sofrido, que é o objeto deste estudo.

A pesquisa empírica realizada por meio de entrevistas não estruturadas colheu depoimentos de profissionais de dois programas de proteção à criança e ao adolescente, de Blumenau, portanto seus resultados são concernentes aos limites da amostragem já descrita no trabalho, não sendo possível fazer generalizações extensivas a outros universos de pesquisa.

Compreendemos que o fenômeno da responsabilização da menina pelo abuso sofrido é demasiado complexo para ser conhecido e apreendido dentro dos limites³⁵ de um trabalho acadêmico, porquanto ousamos afirmar que algumas aproximações se fazem possíveis por meio dele.

Neste trabalho procuramos identificar quais os discursos produzidos que apontam para a responsabilização da menina, dentro da própria família em que fora abusada (sendo o abuso incestuoso, portanto) tendo como porta-vozes os profissionais participantes das entrevistas, cujo trabalho consiste no atendimento direto das vítimas e seus familiares. Não desconhecemos que discursos de responsabilização à menina também se produzem e reproduzem no âmbito profissional, não só dos programas de proteção, como ficou ilustrado

³⁵Dentre outros aspectos que transfiguraram-se em limitadores para uma investigação mais fundamentada e aprofundada, queremos destacar a impossibilidade de proceder à análise documental dos programas de proteção cujos profissionais participaram das entrevistas, e o exíguo tempo delimitado pela Universidade, em decorrência das exigências da CAPES, para a conclusão do trabalho.

em alguns depoimentos, como de todo o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, contudo não foi este o principal foco de análise desta pesquisa.

Convém destacar que os resultados aqui apresentados são decorrentes da seleção e interpretação de autores estudados para a aproximação teórica do fenômeno e da seleção e interpretação dos depoimentos dos profissionais participantes. Desta forma as conclusões apresentadas estão, evidentemente, impregnadas pela subjetividade da pesquisadora, e por consequência, sujeitas a equívocos e incompletudes.

A violência de gênero traduz representações sociais historicamente construídas, determinando a homens e mulheres lugares diferenciados na sociedade, diferença atravessada por relações de poder notadamente assimétricas. Esta assimetria é mantida, muitas vezes, tendo a violência como instrumento e, mais especificamente a violência sexual, nas suas mais variadas manifestações.

Materializada por meio de agressões físicas e psicológicas de forma evidente, a violência de gênero se manifesta também por meio da educação formal e informal, da mídia, das instituições sociais como igrejas, partidos políticos, escolas, ou seja, por todas as instâncias onde as relações sociais se reproduzem, com todas as suas determinações sócio-histórico-culturais.

O abuso sexual contra a menina figura como uma forma privilegiada de violência de gênero pois é imputada por uma pessoa adulta, mais velha, mais experiente, com maior conhecimento e (no abuso incestuoso) que dispõem de um grau elevado de confiança em relação à vítima. O agressor, portanto, encontra-se em situação vantajosa, em todos os aspectos, fazendo chegar à menina desde cedo, mensagens que lhe atribuem um lugar de subordinação e sujeição, em relação ao homem. Todos estes fatores contribuem para inibir sua revelação e enfrentamento.

Quando incestuoso, o abuso sexual é ainda mais difícil de ser revelado e enfrentado. Quando o abuso sexual ocorre fora das relações familiares, ou tem como abusador uma pessoa estranha, a providência imediata, na grande

maioria das vezes, é denunciar o agressor, dando crédito à denúncia da vítima. Essa conduta, porém, não ocorre, quando o agressor é o pai biológico, padrasto, pai adotivo, tio, avô, irmão, onde na maioria dos casos o esforço da família concentra-se na manutenção de uma pretensa harmonia familiar que seria ameaçada pela revelação (ARAUJO, 2002).

A atribuição de responsabilidade a outrem, inclusive à menina, é apontada pela literatura especializada (NARVAZ, 2001; SCHMICKLER, 2006) e denunciada pelos participantes das entrevistas.

A responsabilização da menina pelo abuso sexual sofrido é construída num complexo processo que perpassa, não só as relações familiares, como todas as relações sociais ainda hoje fundadas no sistema patriarcal. Contudo, são as relações familiares que adquirem prioridade neste trabalho.

As situações relatadas a seguir não se apresentam de maneira sucessiva e invariável, podendo ocorrer de forma concomitante, com a supressão de alguns fatores e acréscimos de outros. Serão apresentadas em seqüência apenas para fins análise.

As relações de gênero na família abusiva são descritas pelos profissionais como reprodutoras de relações de dominação (do homem) e subordinação (da mulher), e a subordinação da mulher é cristalizada como natural. A função de chefiar a família é exercida pelo homem, sobre todos os membros da família.

A relação do pai e da mãe com os filhos da casa é descrita como distante. Diferente do que se inscreve no nosso imaginário ideal de família, relações violentas e autoritárias são desenvolvidas nas famílias abusivas. A violência exercida nas interações familiares cotidianas pode, inclusive, configurar-se num fator ameaçador, sem ser verbalizado, que inibe a revelação do abuso sexual.

A freqüente responsabilização das mães/madrastas, de não cumprirem sua função protetiva e não enxergarem o que acontece sob os seus olhos, no caso de abuso sexual incestuoso, traz subscrita mais uma demonstração da

sujeição que se impõe as mulheres da família, ilustrando as relações de gênero que nela se desenvolvem.

Embora a função de proteger suas filhas do abusador, com grande frequência, realmente não seja exercida, Azevedo e Guerra (1998) nos convida a avaliar as condições reais de que dispõe a mulher/mãe para vencer as barreiras do silêncio mediante o abusador, que frequentemente é também um homem violento em relação à companheira. Acrescente-se a isto uma dependência econômica e emocional gerada pelas condições concretas de sobrevivência.

Outrossim, a situação nos impele a analisar a ausência do Estado no exercício de sua função protetiva em relação à família, tanto no que concerne ao grupo familiar sujeito de cuidados, quanto no que concerne aos indivíduos em particular, de acordo com suas necessidades. O entendimento da família enquanto espaço a ser cuidado, segundo Miotto (2000), é fundamental para que não incorramos na culpabilização da família, esquecendo que ela está inserida num contexto sócio-histórico-cultural pelo qual é engendrada.

A abordagem do abusador à vítima é caracterizada, predominantemente, como um processo de sedução, pelos profissionais participantes. A abordagem violenta ou ameaçadora, embora freqüente nas relações cotidianas da família, em relação à vítima, na interação abusiva é a exceção.

A abordagem geralmente sedutora do abusador à menina é apresentada fartamente pela literatura especializada (FURNISS, 1993; NARVAZ, 2001; SCHMICKLER, 2006) que indica que um longo e cuidadoso processo de aproximação para a interação abusiva, é praticado pelo agressor.

Este processo, também revelado nos depoimentos dos profissionais, induz a criança a interpretar a interação abusiva, como carinhosa. Desta forma a menina, que muitas vezes está sendo abusada desde muito pequena, não identificando na relação abusiva algo “errado”, não a revela, nem estranha a interpelação do abusador pelo segredo. Esta abordagem, na medida em que se converte numa relação que produz alguma satisfação para a criança, pelo

suposto carinho recebido, mantém o abusador livre da revelação por longo tempo. Em grande parte dos casos, somente com a chegada da adolescência e com o conhecimento pela menina, de que está sendo envolvida numa atividade reprovada socialmente, é que a prática abusiva passa a ser reconhecida como tal, pela vítima.

Diante da demora da menina para a revelação do abuso sexual, e da manifestação de carinho e afeto pelo abusador, muitos adultos com olhar pouco instrumentalizado, acreditam que a menina é co-responsável pelo abuso a ela impetrado.

A reação do pai e da mãe à revelação do abuso, descrita pelos profissionais demonstra, mais uma vez, as relações de poder e gênero arbitrárias desenvolvidas na família abusiva.

Tanto a figura paterna como a materna convergem em suas reações para a defesa do abusador, e as estratégias de ambos se complementam nesta defesa: a) a ocorrência do abuso sexual é negada até as últimas consequências, incólume às evidências comprobatórias apresentadas ou reveladas no processo penal; b) uma caracterização positiva e detalhada do abusador é apresentada aos profissionais, tentando convencê-los de que o acusado seria incapaz de cometer uma agressão desta natureza; c) a menina é lançada ao descrédito e ao isolamento.

Uma vez revelado o abuso sexual, a família, especialmente por intermédio da figura materna, exerce grande pressão sobre a menina para que ela negue o fato. Na ***pressão para a negação do abuso***, o abusador explora sua posição de poder para pressionar a vítima a retirar a denúncia.

Após transpor uma grande barreira para revelar o abuso sexual do qual fora vítima, a menina enfrenta a acusação de que está sendo responsável pela instabilidade ou ruína da família. A menina é acusada de ser responsável pelo rompimento dos laços familiares, pela prisão (eventual) do abusador, pelas dificuldades financeiras, entre outras; e é lançada ao abandono e isolamento.

O **comportamento sexualizado da menina, no olhar do adulto** é referido recorrentemente nos depoimentos dos profissionais. Este comportamento, que se revelaria no uso de roupas curtas, na busca pelo toque físico, ou ainda, por serem “namoradeiras”, é apontado pelos familiares como indício da participação da menina na interação abusiva, ou para desacreditar suas revelações.

O mesmo comportamento sexualizado é apontado por muitos profissionais como consequência do abuso sofrido, no entanto, no entendimento destes revelaria uma busca constante por carinho através do meio pelo qual ela aprendeu a conquistá-lo.

Segundo Ferenczi (1933), os comportamentos que aos olhos do adulto são sedutores, na verdade representam a “linguagem de carinho” de que as crianças se utilizam para conquistar a atenção e o afeto e que, sendo interpretados equivocadamente nos casos de abuso sexual, recebem do adulto a abordagem abusiva como resposta.

Constrói-se, assim, o contexto para **a atribuição de responsabilidade à menina** pelo abuso sofrido, que se apresenta como tabu, na medida em que não é dito ou assumido e, desta forma, não é estudado e enfrentado. Este tabu, segundo Narvaz (2007, p. 80) “perpassa todo o tecido social, dificultando o acolhimento da revelação do abuso sexual não só pelas mães das vítimas do incesto, mas pela comunidade social e científica, o que é uma forma de (re)vitimização”.

Nos seus depoimentos, os profissionais participantes da pesquisa, em sua totalidade, afirmam ter vivenciado em algumas de suas intervenções, a responsabilização da menina pelo abuso sexual sofrido, imputada por seus familiares, especialmente pelo pai/padrasto e/ou pela mãe/madrasta.

Furniss (1993) nos chama atenção para o fato de que numa relação entre uma criança/adolescente e um adulto a responsabilidade pelo caráter abusivo da interação é do adulto, sempre. Cabe ao adulto estabelecer e fazer cumprir os limites socialmente aceitos. Portanto, mesmo diante uma suposta abordagem sexualizada da criança/adolescente é ao adulto que cabe fazer a

abordagem cessar e que deverá responder pelas conseqüências, caso não o faça.

As **limitações dos programas de proteção**, bem como de todo o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, é um fator preponderante na (re)vitimização das meninas vítimas de abuso sexual.

Há as limitações institucionais, quais sejam: a) os recursos humanos inadequados para o atendimento das famílias, tanto pela quantidade insuficiente de profissionais quanto pela falta de investimento em formação especializada; b) a estrutura ideológica e metodológica das instituições, carregada de concepções sexistas; c) a legislação inadequada ao enfrentamento da violência de gênero; entre outras. Acrescente-se a estas, as limitações geradas pelos sentimentos e valores pessoais dos profissionais, muitas vezes preconceituosos, gestados no contexto cultural no qual estamos todos inseridos.

Este trabalho foi orientado pela questão problematizadora da pesquisa e ao seu final podemos inferir às relações de gênero, desenvolvidas nas famílias em situação de abuso, papel preponderante na atribuição da responsabilidade à menina pelo abuso sexual sofrido. Contudo, como demonstrado no decorrer do trabalho, as relações de gênero reprodutoras do ideário patriarcal, estão no cerne de todo o contexto sócio-histórico-cultural do qual somos constituídos e constituintes que, por sua vez, são reproduzidas nas relações familiares.

Embora possamos fazer diversas inferências sobre a forma como se constitui o gênero feminino e masculino, escapam-nos as representações mais subjetivas, individuais ou coletivas, acerca dos papéis de gênero nas relações, na família e na sociedade, e a forma como estas se reproduzem. No espaço público, comumente destinado aos homens, os papéis sociais são exercidos com algumas incursões novas no que se refere aos conceitos de gênero, porém, é no espaço privado, tradicionalmente destinado às mulheres, que homens e mulheres reproduzem os papéis que lhes são precipuamente atribuídos, sem grandes inovações. Talvez encontremos neste aspecto a maior

dificuldade em enfrentar os problemas advindos de relações sociais de dominação e discriminação ainda tão presentes nas relações sociais.

No decorrer desta pesquisa emergiram diversos problemas que demandam novas pesquisas e que convergem para o entendimento do abuso sexual incestuoso numa perspectiva de gênero, posto que não é possível apenas enunciá-lo, é preciso desvendá-lo em todas as suas dimensões. Destacamos:

- 1) Quais os fatores que inibem a revelação e denúncia de abuso sexual cometido contra meninos, numa perspectiva de gênero?
- 2) Quais os mecanismos que convergem para a produção do sentimento de culpa em vítimas de abuso sexual?
- 3) O que leva as mulheres da família (mães, madrastas, avós, tias, irmãs) a se omitirem diante da revelação do abuso sexual incestuoso?
- 4) Em que medida a abordagem profissional combate ou reproduz a responsabilização da menina vítima de abuso sexual?
- 5) Qual o papel dos movimentos sociais na denúncia e enfrentamento dos graves problemas sociais advindos das relações de gênero que reproduzimos na nossa sociedade?

Chegamos ao final deste trabalho com a convicção de que há muito por fazer no que se refere ao enfrentamento da violência de gênero, num contexto mais amplo. É fundamental tomar ações afirmativas de enfrentamento à violência de gênero, mas de nada valerá se nas relações cotidianas praticadas nos espaços privados e públicos, continuarmos reproduzindo “homens dominantes e mulheres dominadas”. Em torno da construção de uma sociedade não mais fundada na dominação de uns sobre outros com base em arbitrariedades, é imprescindível extenuar nossas forças em decifrar e enfrentar os meandros da reprodução da inferiorização e subordinação feminina.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, M.F. **Violência e Abuso Sexual na Família**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.2, jul./dez.2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 set. 2006.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, novembro/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>. Acesso em 07 nov. 2007.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de A. **Pele de asno não é só história...** Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

BLUMENAU. **Plano Municipal Plurianual de Assistência Social 2007/2009**. Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente. PPA (2006).

BORBA, Fernanda Ely. **Diagnóstico Inconclusivo para o Abuso Sexual**: ao pontos cegos para a comprovação de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M. et al (org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Iracema A. Valverde, et. al. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de ago. 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 05 de nov. 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de jul. de 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm. Acesso em 05 de nov. de 2007.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Publicado no **Diário Oficial da União** de 31 de dezembro de 1940. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em 28 de fev. de 2008.

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005 Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Publicado no **Diário Oficial da União** de 29 de março de 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm. Acesso em 28 de fev. de 2008.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Edição revisada e atualizada por Helena Bonito C. Pereira e Rena Singer. São Paulo: FTD: LISA, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: esta nossa (des)conhecida (observações preliminares)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DI FIORI, Gecira; SANTOS, J. R. Q. O que muda e o que permanece no movimento feminista. In: **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: NPMS/UFSC. p. 313-334. 25 a 27 de abril de 2007.

FAGUNDES, Cristina Pereira Carvalho. Identidade e Relações de Gênero. In: **Cadernos de Pesquisa do NUFHE**. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFBA. V.3, n.1,p.169-186. jan./dez.1991.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol.1:A vontade de saber. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal,1993.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905). Tradução: Paulo Dias Correa. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

_____. **A Etiologia de la Histeria** (1895-1897). Tradução: Luiz Lopes Ballesteros y de Torres. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1967. (Obras Completas de Sigmund Freud).

_____. **Ensaio sobre la vida sexual y la Teoria de las Neuroses** (1906). Tradução: Luiz Lopes Ballesteros y de Torres. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1967. (Obras Completas de Sigmund Freud).

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, R.C & Lisboa, T.K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Revista Katálisis. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 83-92, 2007.

HEBERLE, V.M.; OSTERMAN, A.C.; FIGUEIREDO, D.C. (orgs). **Linguagem e Gênero**: no trabalho, na mídia e em outros contextos. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006.

KOLLONTAY, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1978.

LAGO, Mara C. de Souza. **Conceituando Gênero**. Curso de atuação política para mulheres. Florianópolis: ICESPE, 1999.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. Vocabulário da Psicanálise. Tradução: Pedro Tamen. 10. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Classe e Etnia – trajetórias de mulheres migrantes**. Florianópolis/Chapecó: Editora da UFSC/Argos, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Relações de Poder. In: **Caderno de Texto: Violência Contra a Mulher**. Florianópolis: CRESS, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. “Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças”. In: ADELMAN, Mirian e SILVESTREIN, Celsi B. (orgs.) **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

MACHADO, CV et al. Prevenção primária dos maus tratos na infância: desafio para o pré-natal. **Jornal Brasileiro de Ginecologia**, v.104, n.1-2, p.11-15, 1994.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. **Atentado à verdade**: a supressão da teoria da sedução por Freud. Tradução: Ana Maria Sarda e Heloísa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1984.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M. et al (org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIOTO, Regina C.T. Cuidados Sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Unb; Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. 217-224.

MOREIRA, M. R. A. et al. O Lugar do Gênero na Formação Profissional da (o) Assistente Social. **Anais do X ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Pernambuco, 2006.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NARVAZ, Martha Giudice ; KOLLER, Sílvia Helena . **Reflexões sobre o atendimento de mulheres e de meninas vítimas de violência**. Novas Abordagens em Direitos Humanos, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 34-42, 2005.

NARVAZ, Martha Giudice . **A transmissão transgeracional da violência**. Insight-psicoterapia, São Paulo, v. 11, n. 118, p. 17-22, 2001

_____. Patriarcado e violência de gênero: As origens da opressão feminina. Cadernos de Formação, Porto Alegre, v. 2, 2005.

_____. **O feminino, o incesto e a sedução**: problematizando os discursos de culpabilização das mulheres e das meninas diante da violação sexual. Artemis, Vol. 6, junho/2007, p 77-84.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PEDRO, J.M.;GROSSI, M.P.(orgs). **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

PETERSEN, Janine. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina - década de 1980**. 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis.

RECH, Lilian Keli. **Abrindo a caixa de pandora: o desvelamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 2005. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis.

ROCHA, Lourdes de M. L. N. **Casas – Abrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução: Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUARO, A.F. et al. Síndrome da Criança Espancada. **Revista Brasileira de Ortopedia**. Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, outubro de 1997. Disponível em www.rbo.org.br/materia.asp?ididioma=1&mt=316. Acesso em 17 de abril de 2008.

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H.I.B. No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. In: MADEIRA, F.R. (Org.), **Quem Mandou Nascer Mulher?** São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo Perspec. vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec. 1999

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Campinas: Cadernos Pagu. n.16, 2001.

_____. Violência Estrutural e de Gênero – Mulher gosta de apanhar? In: **Diálogos sobre violência Doméstica e de Gênero**. Brasília: SEPM, 2003.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: São Paulo. 1995.

SILVA, A. & PINTO, J. **Uma visão global sobre as ciências sociais**. In Silva, A. e Pinto, J. (Orgs). Metodologia das ciências sociais, 11.^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SCHMICKLER, Catarina Maria. **O Protagonista do Abuso Sexual**: Sua lógica e estratégias. Chapecó: Argos, 2006.

SOUZA, Vera Lúcia Nascimento de. **A violência contra a mulher e a proteção social**: estudo sobre as ações da Prefeitura Municipal de Belém destinadas as mulheres. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém. Disponível em: www2.ufpa.br/ppgss/Teses_e_Dissertacoes/Dissertacoes/Ano_2006/Vera_Nascimento.pdf. Acesso em 25 de set 2007.

TELES, M. A. A.; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

6. ANEXOS

Anexo I - Solicitação de Autorização para a realização da pesquisa à SEMASCRI

Anexo II – Autorização para a realização das entrevistas

Anexo III – Termo de consentimento livre e esclarecido

Anexo IV – Roteiro para Entrevista